

Sociedade Portuguesa de
Ciências da Educação

PRIMEIROS PASSOS
1987 a 1993

Bártolo Paiva Campos



Ficha Técnica

Título Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação: Primeiros Passos 1987 a 1993

Autor Bártolo Paiva Campos

Local de edição Porto

Editor Autor

Data Setembro de 2020

Suporte Electrónico

Formato PDF / PDF/A

ISBN 978-989-33-0861-5

O texto desta publicação é da exclusiva responsabilidade do autor

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	6
PRIMEIRA PARTE REALIZAÇÕES	10
I FASE DA COMISSÃO PROMOTORA Setembro de 1987 a Dezembro de 1990	12
1 CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PROMOTORA.....	13
2 PLANO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO PROMOTORA.....	14
3 PROJECTO DE ESTATUTOS	16
4 PRÉ-INSCRIÇÕES COMO SÓCIOS DA SPCE.....	16
5 CRIAÇÃO DE SECÇÕES PROVISÓRIAS	17
6 PRIMEIRO CONGRESSO DA SPCE.....	18
7 ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE	19
8 RECEITAS E DESPESAS DURANTE O PERÍODO DA COMISSÃO PROMOTORA	22
II FASE DA COMISSÃO DE INSTALAÇÃO Dezembro 1989 a Janeiro de 1991	24
1 OBJECTIVOS DA COMISSÃO INSTALADORA DA SPCE.....	25
2 LEGALIZAÇÃO DA SPCE.....	25
3 ADMISSÃO DE SÓCIOS.....	26
4 INSTALAÇÃO DAS SECÇÕES	26
5 PUBLICAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES DO PRIMEIRO CONGRESSO	28
6 APRESENTAÇÃO EXTERNA DA SPCE E RELAÇÕES COM SOCIEDADES CONGÉNERES	28
7 PRIMEIRO COLÓQUIO NACIONAL DA SPCE	28
8 ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL.....	29
9 PROCESSOS ELEITORAL DOS CORPOS SOCIAIS	30
10 RECEITAS E DESPESAS DURANTE O PERÍODO DA COMISSÃO INSTALADORA	30
III FASE DA PRIMEIRA DIRECÇÃO ELEITA Janeiro 1991 a Maio de 1993	32
1 PLANO DE ACÇÃO DA DIRECÇÃO	34
2 FOMENTO DA INVESTIGAÇÃO	35
3 ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES CIENTÍFICAS.....	37
4 PUBLICAÇÃO DE LIVROS, REVISTAS E BOLETINS	39
5 EMISSÃO DE PARECERES E RECOMENDAÇÕES SOBRE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO	39
6 QUALIDADE DO ENSINO DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL.....	41
7 FORMAÇÃO ESPECIALIZADA	42
8 RELAÇÕES EXTERNAS	43
9 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESTRUTURAS DA SPCE	45
10 HOMENAGEM A RUI GRÁCIO	49
11 RECEITAS E DESPESAS DA SPCE EM 1991 E 1992.....	50

SEGUNDA PARTE DISCURSOS	52
I ABERTURA DO PRIMEIRO CONGRESSO DA SPCE Porto, 30 de Novembro de 1989	54
II APÓS ELEIÇÕES DOS PRIMEIROS CORPOS SOCIAIS DA SPCE Lisboa, 19 de Janeiro de 1991	60
III NA ABERTURA DO SEGUNDO CONGRESSO DA SPCE Braga, 29 de Novembro de 1992	66
IV AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL Salamanca, 2 de Outubro de 1992	72
1 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DE INVESTIGAÇÃO	73
2 OS DOCENTES/INVESTIGADORES	78
3 O QUE SE ENSINA E INVESTIGA	82
4 FINANCIAMENTO DE INVESTIGAÇÃO	85
5 DIFUSÃO E INTERCÂMBIO	86
6 AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS	88
7 REFERÊNCIAS	90

Quadros

Quadro 1 Composição da Comissão Promotora da Sociedade.....	13
Quadro 2 Primeira lista de Secções e de Coordenadores Provisórios.....	17
Quadro 3 Constituição da Comissão Organizadora do Primeiro Congresso da Sociedade	18
Quadro 4 Secções criadas na Assembleia de 2 de Dezembro de 1989	20
Quadro 5 Membros da Comissão Instaladora da SPCE que outorgaram a escritura.....	26
Quadro 6 Situação das Secções em 19.01.1991	27
Quadro 7 Composição dos corpos sociais do SPCE eleitos na Assembleia Geral de 19.01.1991	30
Quadro 8 Receitas, despesas e saldo no final de 1990.....	31
Quadro 9 Módulos de Formação Especializada organizados pela SPCE, no Verão de 1992.....	42
Quadro 10 Temas e Orientadores dos Seminários do Curso de Política Educativa.....	43
Quadro 11 Pelouros dos membros da Direcção eleita em 19 de Janeiro de 1991	46
Quadro 12 Secções da SPCE e Coordenadores, em Maio de 1992.....	47
Quadro 13 Número total de sócios entre Dezembro 1989 e Dezembro de 1992.....	49
Quadro 14 Receitas e despesas da SPCE em 1991	50
Quadro 15 Receitas e despesas da SPCE em 1992.....	51

Caixas

Caixa 1 Formação e funções do autor entre 1965 e 1987.....	7
Caixa 2 Fontes sobre as realizações da SPCE entre Setembro de 1987 e Maio de 1993.....	8
Caixa 3 A tentativa de criação de uma Sociedade de Estudos Educacionais na "Primavera" Caetanista	13
Caixa 4 Traços contrastantes que separam a iniciativa de 1971 da actual.....	15
Caixa 5 Objectivos, Meios de Acção e Critérios de Admissão de sócios da SPCE	20
Caixa 6 Plano de Acção da Candidatura à Direcção da SPCE para o triénio 1991-1993.....	34

Nota Introdutória

Por ocasião do trigésimo aniversário da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE), recordo aqui os acontecimentos que marcaram a sua emergência e os seus primeiros passos, entre 1987 e 1993. Durante este período, desempenhei, sucessivamente, as funções de Coordenador da Comissão Promotora (1987-89), de Presidente da Comissão Instaladora (1990) e de Presidente da primeira Direcção Eleita (1991-1993).

A formação universitária realizada em Itália e na Bélgica, entre 1965 e 1974, e as diversas funções desempenhadas em Portugal, desde esta última data até finais de 1987, no Ministério da Educação, no Governo, na Assembleia da República e nas Universidades de Coimbra e do Porto, contribuíram significativamente para o meu envolvimento na promoção, instalação e primeiros passos da SPCE, formalmente constituída por escritura notarial de 31 de Maio de 1990 (Caixa 1).

Aquela formação e as referidas funções despertaram-me para a relevância da investigação e da formação em Ciências da Educação para a prática dos decisores e consultores da acção política e da administração da educação, bem como para a dos profissionais da educação escolar e não escolar. Evidenciaram ainda que esta relevância social pressupõe a conjugação do contributo das várias disciplinas das Ciências da Educação, pois os problemas da acção educativa exigem abordagens interdisciplinares. Permitiram, ainda, ir conhecendo uma boa parte dos que, no nosso país, se dedicavam, então, à investigação e à docência neste domínio.

Este opúsculo tem duas partes. Na primeira, dedicada a *Realizações*, são sistematizadas as principais actividades da SPCE entre Setembro de 1987 e Maio de 1993. Distinguem-se três fases: (i) a de *mobilização* da comunidade das Ciências da Educação para a criação da Sociedade, com a coordenação da Comissão Promotora (1987-1999); (ii) a de *formalização* da Sociedade, com a coordenação da Comissão Instaladora (1990); (iii) a de *início de actividades* para a prossecução dos objectivos para que foi constituída, com a coordenação da primeira direcção eleita (1991-1993). Na Caixa 2, são referidas as fontes escritas a que foi feito recurso. Por vezes, são reproduzidos quase *ipsis verbis*, sem o referir, trechos extraídos daquelas fontes, quando redigidos por mim. Quase de certeza que há, nesta primeira parte, informação ausente, demasiado resumida ou, mesmo imprecisa ou inexacta. Agradeço a compreensão dos colegas, solicitando-lhes contributos para melhoria de uma eventual segunda versão deste texto.

Caixa 1 Formação e funções do autor entre 1965 e 1987

FORMAÇÃO

- Bacharelato, Licenciatura e Doutoramento em Ciências da Educação (1965-1974).

ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

- Técnico Superior Especialista e funções de Director dos Serviços Pedagógicos do Instituto de Tecnologia Educativa do Ministério da Educação (1974-1975).
- Coordenador do Secretariado Nacional de Formação de Professores (1975).

GOVERNO

- Secretário de Estado da Orientação Pedagógica do VI Governo Provisório (1975-1976).

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Deputado; Membro da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura; Presidente da Subcomissão Parlamentar da Lei de Bases do Sistema Educativo (1985-1987).

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

- Na Universidade Católica de Lovaina (1969-1974), na Universidade de Coimbra (1976-1979) e na Universidade do Porto (desde 1979), tendo nesta participado activamente no processo de criação da oferta de formação académica em Ciências da Educação.

CONSULTORIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- Grupo de Trabalho Interministerial sobre Orientação Escolar e Profissional, representando o Secretário do Estado de Orientação Pedagógica (1974-1975).
- Comissão Organizadora do Curso de Pós-Graduação em Educação (1978-79).
- Concurso para atribuição de bolsas de estudo para frequência, em Inglaterra, de um curso de pós-graduação em ensino especial (1978 e 79)
- Júri Nacional de Equivalências em Ciências da Educação (1978-80)
- Comissão Nacional *ad-hoc* para o Ensino Universitário de Psicologia (1979-80).
- Grupo de Trabalho sobre Orientação Escolar e Profissional no âmbito do Sistema Educativo (Ministério da Educação, 1983-84).
- Conselho das Ciências Sociais (secção Psicologia e Ciências da Educação) do Instituto Nacional de Investigação Científica (1982 a 1992).
- Conselho Nacional de Coordenação das Escolas Superiores da Educação (1983-85).

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO

- Direcção do Projecto Alcácer, no domínio da educação pré-escolar em meio rural, promovido e financiado pelas Fundações Van Leer e Calouste Gulbenkian (1981-1984).

Caixa 2 Fontes sobre as realizações da SPCE entre Setembro de 1987 e Maio de 1993

RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES

- Relatório de Actividades de 14.09.1987 a 02.12.1989
- Relatório de Actividades de 03.12.1989 a 19.01.1991
- Relatório de Actividades de 20.01.1991 a 31.12.1991
- Relatório de Actividades de 01.01.1992 a 31.12.1992
- Relatório de Actividades de 01.01.1993 a 31.12.1993

RELATÓRIOS DE CONTAS

- Relatório de Contas de 1990
- Relatório de Contas de 1991
- Relatório de Contas de 1992

ACTAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SPCE

- AG de 2 de Dezembro de 1989
- AG de 19 de Janeiro de 1991
- AG de 28 de Março de 1992
- AG de 17 de Abril de 1993

ACTAS DE REUNIÕES DA DIRECÇÃO DA SPCE

- Reunião de 15 de Fevereiro de 1991
- Reunião de 6 de Maio de 1991
- Reunião de 11 de Setembro de 1991
- Reunião de 11 de Dezembro de 1991
- Reunião de 3 de Abril de 1992
- Reunião de 30 de Julho de 1992
- Reunião de 7 de Janeiro de 1993
- Reunião de 17 de Abril de 1993

INFORMAÇÕES DA COMISSÃO INSTALADORA

- N.º 1 – Janeiro de 1990
- N.º 2 – Junho de 1990

SPCE NOTÍCIAS

- N.º 1 – Agosto de 1991
- N.º 2 – Dezembro de 1991
- N.º 3 – Maio de 1992
- N.º 4 – Outubro de 1992
- N.º 5 – Janeiro de 1993
- N.º 6 – Julho 1993

Na segunda parte, dedicada a *Discursos*, são apresentadas três intervenções: no I Congresso da SPCE, que coincidiu com o fim da já referida fase de promoção; no I Colóquio Nacional da SPCE, que coincidiu com a também já referida fase de instalação; no II Congresso da SPCE, que teve lugar poucos meses antes de ter cessado funções como primeiro Presidente da Direcção da SPCE. Esta segunda parte inclui ainda uma conferência sobre as Ciências da Educação em Portugal realizada, em Salamanca, por convite da Sociedade Espanhola de Pedagogia. Estes quatro textos dão a conhecer o meu ponto de vista de então, não só sobre a situação das Ciências da Educação em Portugal, mas também sobre a sua possível relevância para a prática dos decisores e consultores da política educativa e da administração da educação, bem como dos profissionais da educação escolar e não escolar, ao longo da vida e em diversos contextos sociais. Assinale-se que, dadas as circunstâncias da sua apresentação, não será de estranhar a existência de algumas repetições ao longo dos quatro textos.

A visão que estes textos apresentam, sobre a situação das Ciências da Educação em Portugal há 30 anos e sobre a sua desejável relevância social, pode constituir, se não estiver muito afastada da realidade de então, termo de comparação para avaliar as mudanças entretanto ocorridas, até aos dias de hoje. Mais difícil, no entanto, será identificar a influência específica da SPCE nessas mudanças. Acreditemos que alguma teve!

Primeira Parte
REALIZAÇÕES

I FASE DA COMISSÃO PROMOTORA

Setembro de 1987 a Dezembro de 1990

1 CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PROMOTORA

Entre 14 de Setembro e 20 de Outubro de 1987, convidei uma série de investigadores e docentes, ligados às Ciências da Educação no nosso país, para fazerem parte de uma Comissão Promotora da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE). Lembrava, então, que já há vários anos se vinha falando da constituição de uma Sociedade (ver Caixa 3) e que eu próprio estivera ligado, em 1984, a uma tentativa de relançamento da ideia. Dei um prazo para manifestação de disponibilidade. Dos colegas contactados, dois não responderam e um solicitou para ser dispensado. E assim, em 11 de Dezembro de 1987, a Comissão Promotora ficou constituída pelos seguintes 21 membros (Quadro 1):

Quadro 1 Composição da Comissão Promotora da Sociedade

Albano Estrela	Estevão Stoer	Luiza Cortesão
Alberto Melo	Eurico Lemos Pires	Manuel Patrício
Ana Maria Bettencourt	Filipe Rocha	Maria Emília Brederode Santos
António Simões	João Formosinho	Maria Odete Valente
Bártolo Paiva Campos	Joaquim Bairrão Ruivo	Maria Teresa Ambrósio
Duarte Costa Pereira	Joaquim Ferreira Gomes	Rogério Fernandes
Emília Pedro	José Ribeiro Dias	Rui Grácio

Caixa 3 A tentativa de criação de uma Sociedade de Estudos Educacionais na “Primavera” Caetanista

Celebra-se hoje, aqui, a consumação feliz, num contexto felizmente novo, de um desígnio que não pôde ser levado por diante no início dos anos 70. Sob o clima aparentemente ameno da “Primavera” caetanista, e estando a ser ventilada a iniciativa governamental de uma reforma educativa, um grupo de interessados no desenvolvimento de estudos e investigações no domínio educacional, requereu, em 1971, ao Ministério da Educação Nacional, a aprovação de um projecto de estatuto de uma sociedade de estudos educacionais. Sobre o requerimento não terá sido lavrado despacho que se conhecesse: os requerentes foram informados que o documento se teria extraviado no Ministério. A bom entendedor – os requerentes – a informação bastou: tiveram de renunciar ao projecto, à espera de melhores dias, que finalmente chegaram. Dois deles encontram-se na lista da Comissão Promotora da presente Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Para cabal compreensão do singular extravio, eis a relação dos requerentes. Adérito Sedas Nunes, António Anselmo Aníbal, António Gomes Ferreira, Joel Serrão, José Salvado Sampaio, Luís Simões Gomes, Maria Emília Marques, Rogério Fernandes, Rui Grácio, Tiago Oliveira.

À distância de quase vinte anos, o empreendimento parece configurar-se como um lance de voluntarístico e pioneiro. Se o voluntarismo se mede pelo desajustamento do acto às condições

objectivas da sua realização, tem de reconhecer-se: que o apelo ministerial de então à “participação”, a “um diálogo aberto e franco” – eram palavras – se revelou um equívoco frustrante; tem de reconhecer-se também que não existia então, na área em causa, uma comunidade científica institucionalmente firmada, e suficientemente credenciada pelo labor, que desse garantia de viabilizar duradouramente o projecto Por outro lado: lance pioneiro? Nem por isso. O empreendimento do início de 70 foi movido por finalidade similar deste outro, na proximidade de 90, mas em nada terá concorrido para lhe abrir caminho e lhe guiar os primeiros passos.

Rui Grácio¹

Conferência de abertura do Primeiro Congresso da SPCE
Porto, 30 de Novembro de 1989

2 PLANO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO PROMOTORA

Para que desta vez o processo chegasse a bom termo, era proposta desde logo, na carta convite, uma nova metodologia a seguir pela Comissão Promotora:

- *Projecto de Estatutos da SPCE* – Elaboração de um projecto de Estatutos da SPCE para apoiar o processo de pré-inscrições de sócios;
- *Pré-inscrições* – Envio a pessoas e instituições, indicadas por qualquer membro da Comissão Promotora, de uma proposta de pré-inscrição (com pagamento de uma jóia) e de um projecto de estatuto;
- *Adesão provisória a uma secção* – Havendo uma diversidade de áreas no domínio das Ciências da Educação, previa-se a existência de Secções, cada uma correspondendo a uma área, podendo os pré-inscritos assinalar as que correspondiam mais aos seus interesses;
- *Organização de um Congresso* – Organização de um congresso, no primeiro semestre de 1989, destinado já à apresentação de comunicações científicas;
- *Assembleia Constituinte* – Realização de uma Assembleia Constituinte, no final do Congresso, reunindo sócios pré-inscritos para análise e aprovação dos Estatutos da SPCE, criação de Secções e nomeação da Comissão Instaladora
- *Secretariado da Comissão Promotora* – Seriam asseguradas por mim as tarefas de secretariado e de coordenação das actividades, até ao Congresso, sendo certo que seria constituída uma Comissão Organizadora deste.

A Comissão funcionou quase sempre a distância, predominantemente via correio postal. Todas as decisões foram precedidas de uma proposta da coordenação posta à consideração dos restantes membros. Houve a possibilidade de realizar uma reunião presencial em Coimbra, em 15 de Julho de 1988, em que as presenças não ultrapassaram

¹ SPCE (1990). *Ciências da Educação em Portugal: Situação Actual e Perspectivas*, pp. 13-14. Porto: Autor

um terço do total dos membros: serviu para uma frutuosa troca de impressões, nomeadamente sobre os estatutos, o local do congresso e as respectivas comissões.

Podia ter sido seguida uma metodologia mais formal de constituição da SPCE: a comissão promotora elaborava os estatutos e celebrava a escritura de constituição da Sociedade. Pareceu mais adequado verificar se havia docentes e investigadores que sentissem a relevância da criação desta associação e quisessem associar-se, desde o início, ao processo do seu lançamento, realizando uma pré-inscrição. Além disso, seria importante que, na elaboração dos primeiros estatutos, houvesse já uma participação mais alargada da comunidade científica desta área. Finalmente, conviria mostrar publicamente que à criação da SPCE subjazia uma comunidade viva de produção de conhecimento científico relativamente às questões da Educação, organizando para o efeito um Congresso.

Será interessante referir, a este propósito, o contraste assinalado por Rui Grácio entre o contexto da iniciativa do início dos anos 70 e esta, vinte anos mais tarde (Caixa 4).

Caixa 4 Traços contrastantes que separam a iniciativa de 1971 da actual

Creio valer a pena sublinhar dois ou três traços contrastantes que separam, não apenas por vinte anos, os dois empreendimentos. O primeiro traço respeita a vitalidade comparativa no domínio das ciências sociais em geral e no das ciências da educação em especial, vitalidade que torna possível este Congresso. É significativo que o número de membros da Comissão Promotora da presente sociedade ande pelo dobro dos promotores de há dois decénios atrás, e não menos que estes fossem todos de Lisboa – além do mais, a concentração favorecia a tal ou qual discricção das reuniões preparatórias – enquanto os promotores de agora, pela sua diversificada origem, conferem à iniciativa uma dimensão nacional.

Tal dimensão articula-se de toda a evidência à recente expansão e diversificação regional dos centros do ensino superior - universitário e outro – em que se praticam a docência e a pesquisa no domínio em causa. Aí se recrutam quase todos os membros da actual Comissão Promotora, enquanto outrora só dois ou três, em dez, exerciam funções docentes no ensino superior e, desses, só um poderia dar provas curriculares do exercício da investigação educacional.

Outro traço distintivo. Há vinte anos, a aprovação dos estatutos devia ser submetida – a palavra é apropriada, tratava-se de um tributo de submissão – a uma autoridade político-administrativa, não se tendo revelado então mais liberativa a apresentação do nosso projecto ao Ministério da Educação – dada a natureza cultural e científica da associação a constituir – do que seria tê-la apresentado ao Ministério do Interior que tutelava, com rigor inquisitivo, as demais associações. Hoje, por fortuna nossa, é uma importante comunidade de investigadores, de docentes e de outros profissionais, ou uma significativa fracção dessa comunidade, que é chamada a discutir e aprovar os estatutos da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Rui Grácio²
Conferência de abertura do Primeiro Congresso da SPCE
Porto, 30 de Novembro de 1989

² SPCE (1990). *Ciências da Educação em Portugal: Situação Actual e Perspectivas*, p.14. Porto: Autor

3 PROJECTO DE ESTATUTOS

Em Janeiro de 1988, existia já um projecto de estatutos que, no final de Fevereiro, foi enviado à Comissão Promotora para apreciação e, a partir do início de Abril, a todos que desejassem efectuar a sua pré-inscrição. O número de sugestões recebidas e as que foram apresentadas na reunião de Julho, em Coimbra, levaram a considerar que não se justificava uma segunda versão antes da Assembleia Geral Constituinte, onde aquelas e outras sugestões poderiam ser tidas em consideração.

4 PRÉ-INSCRIÇÕES COMO SÓCIOS DA SPCE

A Comissão Promotora definiu que, para as pré-inscrições, a Sociedade estivesse aberta a quem satisfizesse, pelo menos, uma de três condições:

- Ter publicações científicas em qualquer domínio das Ciências da Educação;
- Ter um grau académico universitário no domínio das Ciências da Educação;
- Ser docente do ensino superior numa disciplina das Ciências da Educação.

Com base em sugestões de membros da Comissão Promotora, foi enviada a possíveis interessados uma ficha de pré-inscrição que envolvia o pagamento de uma jóia no montante de 2.500 escudos. À medida que a Sociedade foi sendo conhecida, começaram a surgir pedidos de pré-inscrição.

Obviamente que as pré-inscrições só podiam ser confirmadas oficialmente após a aprovação e registo dos estatutos e a realização da escritura de constituição da Sociedade. Para reduzir o número de eventuais problemas no futuro, foram aceites, mesmo apenas como pré-inscrição, apenas as candidaturas de e/ou docentes de Ciências da Educação (incluindo nestes os das Metodologias Específicas de Ensino, ou Didácticas) ou daqueles que tivessem trabalhos escritos no mesmo domínio. Já próximo da Assembleia Constituinte, sobretudo, verificou-se uma pressão de candidaturas situadas, em meu entender, em zonas de fronteira. Em alguns casos, foi comunicado aos requerentes que a candidatura não correspondia aos actuais critérios, com a solicitação de a apresentarem novamente após a Assembleia Geral Constituinte. No entanto, talvez nem sempre tenha havido tanto rigor quanto desejável, embora tal não deva ter acontecido em mais de 5% dos pré-inscritos.

Até Novembro de 1989, foram aceites 260 pré-inscrições individuais. Não houve candidaturas institucionais, nem fora realizada qualquer diligência nesse sentido, tendo sido considerado mais adequado que tal acontecesse apenas depois da Assembleia Geral Constituinte.

5 CRIAÇÃO DE SECÇÕES PROVISÓRIAS

Em Março de 1989, iniciou-se o processo de constituição provisória de secções com o objectivo de atrair mais sócios e criar condições para o desenvolvimento de actividades em função dos diversos domínios de interesse dos membros da Sociedade. Tendo em conta os interesses manifestados nas fichas de pré-inscrição, foi elaborada uma primeira lista de secções, tendo sido solicitado a alguns sócios que as aceitassem coordenar provisoriamente (Quadro 2).

Quadro 2 Primeira lista de Secções e de Coordenadores Provisórios

Secção	Coordenador Provisório
Filosofia da Educação	José Ribeiro Dias
História da Educação	António Nóvoa
Política da Educação	Eurico Lemos Pires
Psicologia da Educação	Agostinho Ribeiro
Sociologia da Educação	Estevão Stoer
Administração da Educação	João Formosinho
Educação e Desenvolvimento	Maria Teresa Ambrósio
Educação Especial	David Rodrigues
Educação Permanente e Educação de Adultos	António Simões
Formação de Professores	Albano Estrela
Orientação Vocacional e Formação Profissional	Joaquim Azevedo
Desenvolvimento Curricular em Ciências Naturais	Maria Odete Valente
Desenvolvimento Curricular em Língua Materna	Maria Fátima Sequeira
Desenvolvimento Curricular em Línguas Estrangeiras	Isabel Alarcão
Novas Tecnologias da Informação em Educação	Duarte Costa Pereira
Tecnologia Educativa	José Carlos Abrantes

Saliente-se que a perspectiva que, desde o princípio, orientou a constituição da Sociedade é a de que, no âmbito das Ciências da Educação, também se enquadram Didácticas Específicas, sejam elas designadas por Metodologias Específicas de Ensino ou Desenvolvimento Curricular num domínio de ensino. Lembre-se que, na altura, estas nem sempre eram consideradas como fazendo parte das Ciências da Educação. Desde o princípio, foi adoptada na SPCE uma perspectiva mais anglo-saxónica de Ciências da Educação. Repare-se, no entanto, que, neste início, apenas foram previstas Secções para três domínios curriculares específicos, provavelmente por não haver ainda pré-inscritos, ou haver poucos, em outros domínios: Matemática, Ciências Sociais, Expressões. Assinale-se, no entanto, já a presença de uma Secção no âmbito das Novas Tecnologias da Informação.

Nesta fase, foram atribuídas as seguintes funções aos Coordenadores Provisórios:

- Congregar na Secção sócios pré-inscritos (ou a propor para pré-inscrição), considerando que, num primeiro momento, para criação formal de uma Secção seriam necessários 15 membros;
- Elaborar, se possível, com os membros da Secção, um primeiro programa de actividades para 1989, incluindo a eventual apresentação de comunicações no Congresso;
- Elaborar, com os Coordenadores das outras Secções, um projecto de Regulamento Geral das Secções e, com os membros da sua Secção, um regulamento específico da mesma.

Do conjunto das possíveis Secções, houve algumas mais dinâmicas que outras: conseguiram congregar sócios em número suficiente e reunir. Entre as questões que ficaram para decisão da Assembleia Geral Constituinte destacam-se as seguintes: (i) o que deve constar nos estatutos sobre Secções e o que de ser regulamentado por cada uma; (ii) quais as normas gerais de criação e funcionamento das Secções; (iii) que secções criar na Assembleia, com base em propostas de sócios.

6 PRIMEIRO CONGRESSO DA SPCE

Na já referida reunião da Comissão Promotora, realizada em Coimbra, em Julho de 1998, os membros presentes consideraram que o Primeiro Congresso da Sociedade deveria realizar-se no Porto, funcionando a Comissão promotora como Comissão Científica e devendo ser constituída uma Comissão Organizadora com sócios da área do Porto. Assim foi feito, sendo a Comissão Organizadora constituída pelos sócios referidos no Quadro 3. No interior da Comissão Organizadora, foi constituída uma Comissão executiva que, pese embora o apoio geral da Comissão Organizadora que reuniu algumas vezes, arcou, de facto, com todas as responsabilidades do Congresso: programa científico, programa social, inscrições, instalações, difusão, etc.

Quadro 3 Constituição da Comissão Organizadora do Primeiro Congresso da Sociedade

Bártolo Paiva Campos	Duarte Costa Pereira	Helena Costa Araújo*
Adalberto Dias de Carvalho	José Madureira Pinto	António Joaquim Esteves*
José Alberto Correia	Eurico Lemos Pires	Carlinda Leite*
Luísa Cortesão	Agostinho Ribeiro	Rosa Lima*
Anne Marie Fontaine	Estevão Stoer	José Luís Pais Ribeiro*

*Membros da Comissão Executiva da Comissão Organizadora

Finalmente, o Congresso não se realizou no primeiro semestre de 1989, mas apenas no segundo, de trinta de Novembro a dois de Dezembro. Teve lugar nas instalações da Faculdade de Economia da Universidade do Porto com a presença de mais de quinhentos participantes, tendo sido apresentadas quase cem comunicações. Fora a conferência de abertura, para a qual foi convidado Rui Grácio, o programa incluiu 9 conferências paralelas, 3 por sessão, e 20 mesas de apresentação de 3 a cinco comunicações em cada uma. Foi uma ocasião para se ter uma primeira ideia da situação real das Ciências da Educação em Portugal. Os polos de investigação com maior número de comunicações foram os situados no Porto, Lisboa, Minho, Coimbra e Aveiro.

7 ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE

Em 31 de Outubro de 1989, todos os sócios pré-inscritos foram convocados para a Assembleia Geral Constituinte, a realizar no último dia do Congresso, na tarde de 2 de Dezembro, com a seguinte agenda:

1. Eleição da Mesa da Assembleia
2. Informações
3. Aprovação dos Estatutos
4. Eleição da Comissão Instaladora da Sociedade
5. Outros assuntos

Com esta Assembleia, a responsabilidade da continuação da implantação da Sociedade foi colocada formalmente nas mãos dos sócios. A mesa foi constituída pelos membros da Comissão Promotora presentes que deu a conhecer, aos cerca de 60% dos 260 pré-inscritos presentes, o Relatório, elaborado pelo seu Coordenador, sobre as actividades desenvolvidas desde Setembro de 1987 até à aquela altura. Este capítulo do presente trabalho baseia-se, muitas vezes *ipsis verbis*, no Relatório então apresentado. Esta Assembleia tomou uma série de decisões.

- **Aprovação dos Estatutos da SPCE** – Aprovou, com base no projecto existente, que sofreu algumas alterações, os Estatutos da Sociedade, ficando assim definidos não só os seus órgãos sociais e os critérios de admissão de sócios, mas também, e sobretudo, os objectivos e meios de acção da Sociedade que traduzem a visão estratégica que presidiu à sua criação (Caixa 3).
- **Nomeação de Comissão Instaladora da SPCE** – Nomeou todos os membros da Comissão Promotora como Comissão Instaladora da Sociedade, atribuindo-lhe a presidência da mesma.
- **Criação de Secções** – Aprovou a criação de catorze secções, desta vez cada uma proposta por quinze sócios, no mínimo (Quadro 4). O coordenador de cada secção seria eleito após a escritura de registo da Sociedade e a definição das modalidades de inscrição em cada uma ficou dependente do regulamento a

elaborar pelos membros que propuseram a sua criação. Assinale-se a fraca presença de secções dedicadas a Didácticas Específicas de Ensino das várias áreas curriculares, talvez devida à concepção então existente de que não faziam parte das Ciências da Educação.

Quadro 4 Secções criadas na Assembleia de 2 de Dezembro de 1989

Filosofia da Educação	Inovação Educacional
História da Educação	Formação de Professores
Psicologia da Educação	Teoria Curricular
Sociologia da Educação	Orientação Vocacional e Formação Profissional
Política Educativa e Educação Comparada	Tecnologia e Comunicação Educativa
Administração Educacional	Educação em Ciências da Natureza
Educação e Desenvolvimento	

Caixa 5 Objectivos, Meios de Acção e Critérios de Admissão de sócios da SPCE

OBJECTIVOS (art.º 2.º)

A Sociedade tem por objectivos:

- Contribuir para o levantamento e resolução dos problemas educativos, através do desenvolvimento da investigação e do ensino das Ciências da Educação;
- Incentivar e facilitar o intercâmbio e a cooperação entre pessoas e instituições que se dedicam à investigação e ao ensino, em qualquer domínio das Ciências da Educação, no país e no estrangeiro;
- Promover e defender a qualidade da investigação e do ensino em Ciências da Educação;
- Difundir as Ciências da Educação, junto das pessoas e instituições interessadas e junto da opinião pública, em geral.

MEIOS DE ACÇÃO (art.º 3.º)

Para a prossecução dos seus objectivos, a Sociedade:

- Estimula a emergência, apoio o desenvolvimento ou toma a iniciativa de realizar projectos de investigação, de análise de necessidades, de inovação e de avaliação no domínio da Educação, especialmente os que se debrucem sobre a realidade educativa portuguesa e os que incluam investigadores de diversos centros, nacionais e estrangeiros;
- Formula pareceres e recomendações, por iniciativa própria ou a solicitação de terceiros, relativamente a questões de política, prática e meios educativos;
- Apoia ou organiza ocasiões de formação especialmente destinadas a seus associados, que podem tomar a forma de cursos de especialização e de pós-graduações;

- d) Realiza e apoia a organização de congressos, seminários e colóquios, nacionais e estrangeiros;
- e) Edita e publica boletins, revistas e livros;
- f) Recolhe, difunde e permuta documentação relativas às Ciências da Educação, nomeadamente através da criação de centros adequados para o efeito;
- g) Difunde os resultados da investigação em Ciências da Educação e promove a relevância destas, junto de pessoas e instituições potencialmente interessadas e junto da opinião pública em geral;
- h) Elabora um código deontológico relativo às condições de exercício profissional dos seus membros e promove o seu cumprimento;
- i) Define os critérios a que devem obedecer os cursos, no domínio das Ciências da Educação ou de formação de profissionais da educação, e, mediante solicitação das instituições responsáveis, acredita os cursos organizados segundo os mesmos critérios;
- j) Atribui prémios e bolsas de estudo;
- k) Contacta e coopera com instituições governamentais e não governamentais, nacionais, estrangeiras, comunitárias e internacionais, bem como com personalidades que se ocupam de educação e de questões conexas;
- l) Filia-se nas associações internacionais de Ciências da Educação ou congéneres, ou de um dos seus domínios, e participa nas respectivas iniciativas.

CRITÉRIOS DE ADMISSÃO DE SÓCIOS (art.6.º)

Os sócios podem ser pessoas singulares e pessoas colectivas. Para o efeito, as pessoas singulares deviam satisfazer uma das seguintes condições:

- Ter publicado trabalhos científicos da sua autoria no domínio das Ciências da Educação;
- Ser docente de uma disciplina de Ciências da Educação;
- Ser titular de um curso de Ciências da Educação que atribua grau académico;
- Ter realizado trabalhos de inovação pedagógica considerados relevantes pela Direcção da Sociedade segundo critérios a definir pela Assembleia Geral.

Podem ainda ser sócios da Sociedade pessoas colectivas que se dediquem à investigação ou ao ensino das Ciências da Educação.

8 RECEITAS E DESPESAS DURANTE O PERÍODO DA COMISSÃO PROMOTORA

As únicas receitas da SPCE até ao Congresso foram constituídas pelo pagamento de jóias dos pré-inscritos: 260 X 2.500\$00. As principais fontes de despesa foram as seguintes: correspondência com os membros da Comissão Promotora e com os pré-inscritos (papel, fotocópias, dactilografia, envio postal), documentação distribuída, tarefas de arquivo e tarifas da conta bancária. Tendo em conta os juros desta e os recursos existentes na minha Faculdade para as actividades de intercâmbio com colegas, o saldo das contas até ao Congresso foi igual ao total das receitas das jóias.

II FASE DA COMISSÃO DE INSTALAÇÃO

Dezembro 1989 a Janeiro de 1991

1 OBJECTIVOS DA COMISSÃO INSTALADORA DA SPCE

De acordo com o artigo 15.º dos Estatutos da SPCE, aprovados na Assembleia Geral Constituinte realizada em 2 de Dezembro de 1989, à Comissão Instaladora então designada competia:

- Assumir transitoriamente as funções de Direcção, de Mesa da Assembleia Geral e de Conselho Fiscal;
- Promover, no prazo máximo de um ano, as eleições para os corpos sociais, organizadas segundo um regulamento que deveria elaborar;
- Fixar provisoriamente o montante da quotização dos sócios, bem como as normas da sua admissão e exclusão, e
- Instalar as Secções já aprovadas na Assembleia.

Neste contexto, a Comissão Instaladora fixou os seguintes objectivos para o seu programa:

- *Escritura notarial* – Realizar a escritura notarial de constituição da SPCE e efectuar outras diligências necessárias para a sua legalização;
- *Admissão de sócio* – Admitir formalmente como sócios os que tenham realizado a pré-inscrição até à escritura, fixar o valor da jóia de admissão e das cotas anuais e efectuar a subsequente cobrança das cotas relativas a 1990;
- *Instalação de secções* – Instalar as Secções já aceites pela Assembleia Geral Constituinte;
- *Publicação das Actas do I Congresso* – Assegurar a publicação das comunicações do Congresso;
- *Apresentação externa da SPCE* – Apresentar a SPCE a diversos organismos e instituições e estabelecer relações com associações estrangeiras congéneres;
- *Organização do processo eleitoral* – desencadear o processo eleitoral para os órgãos sociais e elaborar, previamente, o respectivo regulamento;
- *Convocação de Assembleia Geral Eleitoral* – Organizar a Assembleia Geral Eleitoral, precedida de um Colóquio.

2 LEGALIZAÇÃO DA SPCE

Depois de ter sido obtida a autorização da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para utilizar um dos seus endereços para sede provisória da SPCE e de ter sido registado o nome desta, a escritura teve lugar no dia 31 de Maio de 1990, no 8.º Cartório Notarial do Porto. No Quadro 5, estão indicados os membros da Comissão Instaladora que outorgaram a escritura, presencialmente ou por procuração.

Quadro 5 Membros da Comissão Instaladora da SPCE que outorgaram a escritura

Outorga Presencial	Outorga por Procuração
Bártolo Paiva Campos	Albano Estrela
Duarte Costa Pereira	António Simões
Estevão Stoer	Filipe Rocha
Eurico Lemos Pires	Maria Emília Brederode Santos
José Ribeiro Dias	Maria Odete Valente
Luísa Cortesão	Rogério Fernandes
Maria Teresa Ambrósio	Rui Grácio

Após a escritura, foi solicitada a necessária publicação no Diário da República, o que aconteceu, em 4 de Outubro seguinte: D.R., III Série, nº230, de 4 de Outubro de 1990, pg. 12766. Foi também requerido o número de identificação de pessoa colectiva, entretanto atribuído. O processo de declaração de utilidade pública ficou para ser requerido pela primeira direcção eleita.

3 ADMISSÃO DE SÓCIOS

A Comissão Instaladora aceitou formalmente como sócios da SPCE, considerando-os como fundadores, aqueles cuja pré-inscrição foi aceite até à data da escritura: 288. Desde a escritura até 20 de Dezembro de 1990, foram admitidos 30 novos sócios singulares, 21 efectivos e 9 provisórios. Durante 1990, não foram admitidos sócios colectivos, nem foi realizada qualquer diligência para o efeito.

A Comissão fixou ainda o montante da jóia de admissão e das cotas anuais dos sócios singulares (efectivos e provisórios) e colectivos. Desencadeou também o processo de cobrança das cotas de 1990, mas apenas 80 sócios efectuaram a sua liquidação durante o mandato da Comissão.

Todos os sócios receberam o respectivo cartão de sócio. Foi-lhes também distribuído um exemplar dos Estatutos bem como dois números (de Janeiro e de Junho) de uma primeira newsletter: *Informações da Comissão Instaladora*.

4 INSTALAÇÃO DAS SECÇÕES

Desencadeou-se o processo de instalação das secções aprovadas na Assembleia Geral de 2 de Dezembro de 1989, exceptuando a de Educação Especial; como esta não tivera como proponentes pelo menos 15 sócios pré-inscritos, continuou como provisória, vindo a ser criada na Assembleia de 19 de Janeiro de 1991 juntamente com a de Educação e Língua Materna e Educação e Línguas Estrangeiras; nesta Assembleia

foram designados Coordenadores Provisórios das três novas Secção: David Rodrigues, Maria Fátima Sequeira e Isabel Alarcão, respectivamente (Ver ponto 8, adiante).

Para a instalação das Secções, a Comissão Instaladora da SPCE solicitou ao Coordenador Provisório de cada uma que desencadeasse o processo de eleição do Coordenador definitivo, e que, de seguida, as secções elaborassem o Plano de Actividades e definissem o modo de admissão de novos membros de entre os sócios da SPCE. A Comissão distribuiu ainda uma pequena verba a cada Secção para despesas correntes e papel timbrado para correspondência.

Houve secções que foram elaborando um regimento das mesmas; como estes, de acordo com os estatutos, se deviam enquadrar num Regulamento Geral aprovado pela Assembleia Geral, o que ainda não tinha sido feito, foram considerados provisórios. Como a maioria dos planos foi elaborada pouco tempo antes da Assembleia Geral de Janeiro de 1991, a sua aprovação foi deixada para a futura direcção da SPCE. O Quadro 6 descreve o grau de instalação das Secções em 19 de Janeiro de 1991.

Quadro 6 Situação das Secções em 19.01.1991

Secções Criadas	Coordenador Eleito	Plano Elaborado	Modo de admissão	Regimento Provisório
Filosofia da Educação*				
História da Educação*	António Nóvoa	X	X	X
Psicologia da Educação*	Agostinho Ribeiro		X	
Sociologia da Educação*	Estevão Stoer	X	X	X
Política Educativa e Educação Comparada*	Eurico Lemos Pires	X	X	X
Educação e Desenvolvimento*				
Administração Educacional*				
Orientação Vocacional e Formação Profissional*	Joaquim Azevedo	X	X	X
Formação de Professores*				
Inovação Educacional*				
Tecnologia e Comunicação Educativa*				
Teoria do Currículo*	Luísa Alonso	X	X	X
Educação em Ciências da Natureza*				
Educação e Língua Materna**				
Educação e Línguas Estrangeiras**				
Educação Especial**				

*Criadas em 2 de Dezembro de 1989; **Criadas apenas na Assembleia Geral de 19 de Janeiro de 1991

5 PUBLICAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES DO PRIMEIRO CONGRESSO

Os originais das comunicações apresentadas no Primeiro Congresso foram solicitados aos autores e cada texto enviado foi submetido à apreciação de dois membros da Comissão Científica do Congresso, para eventual sugestão de melhorias. Nem todos aqueles a quem foi solicitada apreciação enviaram propostas de alteração. Foram postas à consideração dos autores as propostas de alterações recebidas. O conjunto dos textos submetidos e aceites, um pouco mais de cinquenta, deu origem a uma publicação – *Ciências da Educação em Portugal: Situação Actual e Perspectivas* – que constituiu o número 1 da colecção editada pela Sociedade que foi designada *Ciências da Educação em Portugal*. A edição deste primeiro número efectuou-se graças a um financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. A obra, embora preparada durante 1990, só viu a luz do dia em 1991, já na fase da primeira direcção eleita. Cada autor recebeu um exemplar e 25 separatas da sua comunicação.

6 APRESENTAÇÃO EXTERNA DA SPCE E RELAÇÕES COM SOCIEDADES CONGÉNERES

Pouco foi realizado pela Comissão Instaladora relativamente a este objectivo. Houve, no entanto, ocasião para apresentar formalmente a SPCE ao Ministro da Educação, durante uma audiência que concedeu para o efeito. Efectuaram-se, ainda, primeiros contactos com sociedades congéneres de França e da Inglaterra.

7 PRIMEIRO COLÓQUIO NACIONAL DA SPCE

A Comissão Instaladora entendeu que entre Congressos, o segundo teria lugar em 1992, teria sentido organizar Colóquios Nacionais de menor dimensão. O primeiro destes colóquios realizou-se em 18 e 19 de Janeiro de 1991, por ocasião da Assembleia Geral Eleitoral e da cessação de funções da Comissão Instaladora.

A comissão organizadora foi coordenada por Maria Teresa Ambrósio com o apoio de Teresa Oliveira, José Carlos Abrantes e Luís Souta.

As sessões de abertura e de encerramento foram presididas, respectivamente, pelo Secretário de Estado da Reforma Educativa, Doutor Pedro Cunha, e pelo Ministro da Educação, Eng. Roberto Carneiro. A sessão de encerramento teve lugar, em 19 de Janeiro, após a Assembleia Geral Eleitoral.

O Colóquio centrou-se na apresentação, comentário e discussão de um texto preparado por António Nóvoa sobre *Ciências da Educação e os Processos de Mudança*. O texto foi comentado, seguidamente, por João Pedro Ponte e Maria Emília Brederode Santos.

Após a conferência, teve lugar uma sessão de posters sobre as actividades já realizadas, ou planeadas, pelas Secções.

O texto apresentado por António Nóvoa e os comentários de João Pedro Ponte e Maria Emília Brederode Santos foram publicados, em 1991, pela SPCE com o título *Ciências da Educação e Mudança*, dando origem ao número 2 da Colecção *Ciências da Educação em Portugal*.

8 ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

A Assembleia Geral foi convocada para 19 de Janeiro de 1991 e realizou-se no Instituto Franco-Português, em Lisboa, constituindo a votação para eleição dos corpos sociais um dos pontos da agenda (Ver n.º 9 abaixo). A Assembleia tomou as seguintes decisões:

- **Aprovação de Relatórios de Actividades e de Contas** – Aprovou os Relatórios apresentados pela Comissão Instaladora relativos às Actividades realizadas entre 3 de Dezembro de 1989 e 18 de Janeiro de 1991, bem como às correspondentes receitas e despesas;
- **Fixação de jóias e cotas** – Manteve as jóias e as cotas fixadas anteriormente pela Comissão Instaladora;
- **Criação de secções** – Criou, sob propostas de sócios, as secções de Educação Especial, de Educação e Línguas Estrangeiras e de Educação e Língua Materna, designando como Coordenadores Provisórios David Rodrigues, Isabel Alarcão e Maria Fátima Sequeira, respectivamente; tomou ainda conhecimento do interesse de dois sócios em vir a propor a constituição de duas novas secções: Educação Pré-escolar (Teresa Vasconcelos) e de Educação e Arte (Elisabete Silva Oliveira); solicitou, finalmente, ao Conselho das Secções a elaboração de uma proposta de Regulamento Geral das Secções, a submeter à próxima Assembleia Geral;
- **Eleição de corpos gerentes** – Elegeu para os corpos gerentes do próximo triénio, 1991-1993, os que se tinham candidatado pela lista A (ver ponto 9. abaixo);
- **Manifestação de preocupação** – Por proposta da sócia Maria Emília Brederode Santos, aprovou por unanimidade uma manifestação de preocupação pelo estado crítico de saúde do Dr. Rui Grácio, exprimindo a sua solidariedade com os seus familiares, e prestou homenagem ao pioneiro das Ciências da Educação, professor, investigador, governante e pedagogo.

9 PROCESSOS ELEITORAL DOS CORPOS SOCIAIS

Foi constituída, no seio da Comissão Instaladora, uma Comissão Eleitoral, presidida por Duarte Costa Pereira e de que também fizeram parte, por proposta deste, Luiza Cortesão e Estevão Stoer. A Comissão Eleitoral elaborou o regulamento eleitoral, com possibilidade de voto por correspondência, e marcou as eleições para 19 de Janeiro de 1991, na Assembleia Geral Anual. Foram eleitos os membros da única lista candidata (Quadro 7) que tinha apresentado o seu Plano de Acção e tomou posse no mesmo dia, perante o Presidente da Comissão Instaladora.

Quadro 7 Composição dos corpos sociais do SPCE eleitos na Assembleia Geral de 19.01.1991

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO FISCAL	DIRECÇÃO
(147 votos a favor e 9 brancos)	(140 votos a favor e 9 brancos)	(148 votos a favor e 12 brancos)
Presidente ▪ José Ribeiro Dias	Presidente ▪ Albano Estrela	Presidente ▪ Bártolo Paiva Campos
Vice-Presidentes ▪ Ana Maria Bettencourt ▪ Manuel Ferreira Patrício	Secretário ▪ Adalberto Dias de Carvalho	Vice-Presidentes ▪ Odete Valente ▪ António Nóvoa ▪ João Formosinho
Secretários ▪ Ana Benavente ▪ Estevão Stoer	Relator ▪ Jorge Arroiteia	Vogais ▪ Maria de Jesus Lima ▪ Maria Teresa Ambrósio ▪ Rui Canário

10 RECEITAS E DESPESAS DURANTE O PERÍODO DA COMISSÃO INSTALADORA

Sucintamente, de acordo com o Relatório de Contas aprovado na Assembleia Geral de 19 de Janeiro de 1991, o estado das contas da SPCE, no final de 1990, era o que consta do Quadro 8.

Quadro 8 Receitas, despesas e saldo no final de 1990

Receitas	Jóias e cotizações	1.007.500\$00
	Juros	23.925\$70
	Total	1.031.425\$70
Despesas	Correntes (artigos de secretariado)	315.681\$00
	Pessoal (tarefas de secretariado)	198.918\$00
	Total	514.599\$00
Disponibilidades em 31 de Dezembro de 1990		516.866\$00

III FASE DA PRIMEIRA DIRECÇÃO ELEITA

Janeiro 1991 a Maio de 1993

1 PLANO DE ACÇÃO DA DIRECÇÃO

A apresentação das actividades realizadas para implementar o Plano de Acção, com que a direcção concorreu às eleições (Caixa 6), está organizada em função dos vários meios de acção da SPCE previstos no artigo 3.º dos seus Estatutos³.

Caixa 6 Plano de Acção da Candidatura à Direcção da SPCE para o triénio 1991-1993

LINHAS DE ACTUAÇÃO

Durante este primeiro triénio, após a fase inicial de instalação da Sociedade, constituirão linhas fundamentais de actuação desta direcção:

1. O impacto da Sociedade quer na qualidade do desenvolvimento das Ciências da Educação no País, quer nas políticas educativas, nomeadamente no âmbito da actual reforma educativa.
2. A irradiação da imagem positiva das Ciências da Educação, sobretudo nas comunidades científica e educativa e junto da opinião pública.
3. A perspectiva abrangente das Ciências da Educação em que esta não se limita à educação escolar.
4. O aprofundamento das relações na comunidade portuguesa da Ciências da Educação e a criação de espaços abertos de reflexão plural no seu seio conducentes à elaboração de discurso próprio das Ciências da Educação sobre a realidade educativa portuguesa.
5. O apoio simultâneo ao desenvolvimento autónomo das Secções e à integração dos seus contributos na resolução dos nossos problemas educativos e das questões comuns atinentes à investigação e à docência em Ciências da Educação.
6. A visibilidade da importância da Sociedade para os seus sócios, com prioridade para o que não pode ser realizado isoladamente nas instituições em que se encontram.
7. A consolidação da estrutura organizativa da Sociedade.

REALIZAÇÕES

Sem prejuízo dos planos anuais mais pormenorizadas, a submeter anualmente à Assembleia e dos planos de actividades das Secções, esta direcção propõe-se desde já:

1. Efectuar um estudo relativamente à situação do ensino das Ciências da Educação no País e à definição dos critérios a que devem obedecer os cursos no domínio das Ciências da Educação ou da formação de profissionais da educação.

³ O mandato da primeira direcção eleita abrangia o triénio 1991 a 1993. No entanto, apenas assegurei a sua presidência até início Maio de 1993. Com efeito, tendo sido nomeado Presidente do Instituto de Inovação Educacional, considerei incompatível o exercício das novas funções com o de Presidente da Direcção da SPCE. Em consequência, este capítulo centra-se apenas nas actividades realizadas em 1991, em 1992 e no primeiro quadrimestre de 1993. Até Janeiro de 1994, data da realização de novo acto eleitoral, a Presidência, por decisão da Direcção em 20 de Junho de 1993, foi assegurada pela, até então Vice-Presidente, Maria Odete Valente.

2. Fazer o levantamento das condições de realização de investigação em Ciências da Educação, agindo em consequência junto das instituições responsáveis, sem prejuízo de, desde já, actuar junto das instâncias responsáveis pelo seu financiamento, tendo em conta a escassez de verbas que lhe é destinada.
3. Promover um Grupo de Projecto para elaborar um relatório global sobre um aspecto significativo do nosso sistema educativo, depois de obtido financiamento para realização do mesmo.
4. Promover a emissão selectiva de pareceres sobre questões de políticas e prática educativas, procurando um estilo específico de actuação a este nível que, além disso, congregue as várias Ciências da Educação.
5. Organizar o Segundo Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e Encontros Anuais temáticos, transversais e várias secções.
6. Editar uma publicação periódica com carácter próprio relativamente às já existentes.
7. Candidatar-se à Associação Mundial de Ciências da Educação e estabelecer relações com associações congéneres de outros países e com instituições governamentais e não governamentais nacionais, estrangeiras, comunitárias e internacionais que se ocupam de educação e de questões conexas.
8. Editar um Boletim Informativo destinado essencialmente aos sócios da Sociedade.
9. Elaborar um "directório" dos sócios da Sociedade.
10. Procurar instalações para a Sede e para delegações da Sociedade.
11. Iniciar a organização de um centro de documentação com as publicações dos sócios.
12. Fomentar as publicações dos sócios e as suas comunicações em reuniões científicas.
13. Promover ocasiões de formação especializada que não possam ser realizadas no âmbito das secções ou das instituições em que se encontram os sócios.

2 FOMENTO DA INVESTIGAÇÃO⁴

Prémio Ciências da Educação 1992 – Para promover a investigação sobre a realidade educativa portuguesa, realizada por autores nacionais ou estrangeiros, a SPCE criou um prémio anual no valor de 500 mil escudos, que foi designado Prémio Rui Grácio. O patrocínio financeiro deste prémio para 1992, 1993 e 1994 foi assegurado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Foi elaborado, aprovado (03.04.92) e divulgado o regulamento deste prémio⁵. Para o prémio de 1992 candidataram-se dez trabalhos publicados em 1991. O Júri, constituído por Adalberto Dias de Carvalho, Rogério Fernandes, Eurico Lemos Pires, Joaquim Bairrão Ruivo e Maria Odete Valente (presidente), decidiu, por unanimidade, atribuir o prémio à obra "Aprender com a Televisão" da autoria de Maria Emília Brederode Santos.

Bolsa de Investigação 1993 – A SPCE criou uma bolsa anual de investigação, no valor de 500 mil escudos, destinado à elaboração de um trabalho de síntese sobre um tema de educação relativamente ao qual tenha sido realizada investigação em Portugal. Era

⁴ Alínea a) e j) dos meios de acção (art.º 3.º) da SPCE

⁵ Divulgado em SPCE NOTÍCIAS, n.º 3, Maio 1992

esperado que o trabalho não só analisasse criticamente a investigação produzida na comunidade científica portuguesa relativamente ao tema em questão, como ainda a enquadrasse no contexto da investigação internacional no domínio. A intenção última era conseguir a publicação desta síntese numa publicação periódica internacional. Foi elaborado e aprovado o regulamento da bolsa⁶, escolhido o tema para 1993 – Organização e Gestão das Escolas –, solicitado um subsídio ao Instituto de Inovação Educacional, que foi concedido, e aberto um período de candidaturas. Como não surgiram candidaturas, nos termos do regulamento, foi Licínio Lima convidado a realizar a síntese, tendo aceite.

Projectos de investigação – Duas Secções e dois Grupos de Projecto, neste caso com financiamento externo, iniciaram ou desenvolveram estudos todos centrados na realidade educativa portuguesa, três dos quais relacionados com a reforma educativa então em curso.

- *Programas de Didácticas de Línguas* – No âmbito da Secção Educação e Línguas Estrangeiras, em colaboração com a Secção Educação e Língua Materna, foi constituído um Grupo de Trabalho que realizou uma análise de 35 programas de disciplinas de Didácticas das Línguas no ensino superior, de que veio a resultar uma publicação na Colecção *Ciências da Educação em Portugal*, editada pela SPCE;
- *Os professores e os novos programas escolares de Ciências da Natureza* – A Secção Educação em Ciências da Natureza iniciou um projecto de investigação com o objectivo de acompanhar os professores na sua interacção com os novos programas escolares;
- *Experiências de formação pessoal e social em vários países* –. O Grupo de Projecto Educação Pessoal e Social, criado nos termos dos estatutos da SPCE, concorreu a um concurso aberto em conjunto pela JNICT e o IIE, tendo obtido financiamento para realizar um projecto sobre “Experiências de formação pessoal e social em vários países”;
- *Escolas básicas integradas* – O Grupo de Projecto Escolas Básicas Integradas obteve financiamento do Programa Educação para Todos para realizar um estudo sobre esta inovação.

Levantamento de dissertações de mestrado e de doutoramento em Ciências da Educação – Foi realizado, em 1992, um levantamento de dissertações de mestrado e de doutoramento no domínio das Ciências da Educação já defendidas nas nossas instituições do ensino superior. Pouco tempo depois, o Instituto de Inovação Educacional assegurou a continuidade desta iniciativa.

⁶ Divulgado em SPCE NOTÍCIAS, n.º 4, Outubro de 1992.

3 ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES CIENTÍFICAS⁷

Durante esta fase dos primeiros passos da SPCE, realizaram-se várias reuniões centrada na apresentação de resultados de investigação ou de práticas de ensino, num e noutro caso no âmbito das Ciências da Educação. A maior parte foi organizada por iniciativa de Secções da SPCE, por vezes em conjunto com outras associações.

O Ensino e a Investigação em Sociologia da Educação – A Secção de Sociologia da Educação, em conjunto com a secção congénere da Associação Portuguesa de Sociologia, organizou duas jornadas, em 26 de Março e em 16 de Dezembro de 1991, sobre estes dois temas.

Terceiros Encontros Luso-Franceses em Educação e Formação: Ciências da Educação e Decisões nas Políticas e Práticas Educativas – Esta iniciativa, enquadrada no âmbito dos acordos culturais Luso-Franceses, foi organizada com a colaboração da SPCE a quem coube escolher os temas e convidar os conferencistas portugueses: Ana Benavente, Joaquim Azevedo, João Formosinho, Luísa Cortesão, Maria Jesus Lima e Maria Teresa Ambrósio. Este encontro realizou-se no Porto, de 24 a 26 de Outubro de 1991.

Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social – O Grupo de Projecto Educação Pessoal e Social organizou, em Lisboa, em 7 e 8 de Novembro de 1991, um Colóquio sobre este tema. As comunicações foram posteriormente publicadas na Colecção *Ciências da Educação em Portugal*, editada pela SPCE.

Projectos Pessoais e Sociais no Âmbito da Formação Tecnológica – A Secção Orientação Vocacional e Formação Profissional, organizou no Porto, em 22 de Novembro de 1991, um seminário com base num trabalho elaborado sobre esta questão pelo então Coordenador da Secção, Joaquim Azevedo.

Programas de Ensino das Disciplinas de Administração Escolar – A Secção Administração Educacional organizou, em 1991, um encontro que se debruçou sobre um levantamento previamente efectuado relativamente aos programas de ensino desta área das Ciências da Educação.

Reforma Curricular: Intenções e Percursos – A Secção Teoria do Currículo organizou, no Porto, um Encontro, com duas sessões, em 3 de Abril e em 29 de Maio de 1992, sobre a reforma curricular.

1.º Encontro Ibérico de História da Educação – Organizado conjuntamente pela Secção de História de Educação da SPCE e pela Sociedade Espanhola de História da Educação, este 1º Encontro Ibérico teve lugar em S. Pedro do Sul, de 24 a 26 de Abril de

⁷ Alínea d) dos meios de acção (art.º 3.º) da SPCE

1992. As comunicações foram posteriormente publicadas em dois volumes da Coleção *Ciências da Educação em Portugal*, editada pela SPCE.

Investigação em Educação e Matemática – A Secção Educação e Matemática organizou, na Ericeira, em 22 e 23 de Maio de 1992, um seminário sobre este tema. As comunicações deram origem a um livro que veio a ser publicado com a colaboração do Instituto de Inovação Educacional.

Docência em Psicologia da Educação – A Secção Psicologia da Educação organizou, em Coimbra, em Maio de 1992, um Colóquio em que foram apresentadas as experiências de docência da Psicologia em cursos de formação de professores de oito Escolas Superiores de Educação e de duas universidades: Minho e Coimbra.

Experiências de Formação de Professores para a Formação Pessoal e Social – O Grupo de Projecto Educação Pessoal e Social organizou, em Lisboa, em 12 e 13 de Novembro de 1992, um Colóquio sobre estas experiências.

II Congresso da SPCE Investigação e Acção em Educação – Decorreu em Braga, na Universidade do Minho, de 29 de Novembro a 1 de Dezembro de 1992, o II Congresso da SPCE. A Comissão Organizadora foi presidida por José Ribeiro Dias, Presidente da Assembleia Geral da SPCE e dela fizeram parte outros sócios docentes da Universidade do Minho. Inscreveram-se cerca de 500 pessoas. Além de cinco conferências proferidas por sócios que a Comissão Organizadora convidou (Adalberto Dias de Carvalho, José Tavares, Licínio Lima, Manuel Patrício e Maria Odete Valente), efectuaram-se 15 simpósios e foram apresentadas cerca de duzentas comunicações agrupadas em 25 sessões. A maior parte das comunicações foi posteriormente publicada em dois volumes da Coleção *Ciências da Educação em Portugal*, editada pela SPCE.

Análise da Situação da Política Educativa em Portugal – A Secção de Sociologia da Educação, organizou, em 1992, dois encontros, um em Braga e outro em Santarém, sobre a situação da política educativa no nosso país.

A Inovação em Educação Especial – A Secção Educação Especial promoveu um ciclo de conferências sobre esta temática que se iniciou em 24 de Março de 1993 e se estendeu até 2 de Junho seguinte,

4 PUBLICAÇÃO DE LIVROS, REVISTAS E BOLETINS⁸

Colecção Ciências da Educação em Portugal – Foram publicadas cinco obras nesta Colecção da SPCE. As publicações, com excepção da segunda, foram subsidiadas pelo Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian:

- *Ciências da Educação em Portugal: Situação Actual e Perspectivas* (n.º 1,1991) – . Com comunicações apresentadas no 1.º Congresso da SPCE, organizado em finais de 1989;
- *Ciências da Educação e Mudança* (n.º 2,1991) – Com as comunicações do 1.º Colóquio Nacional da SPCE, realizado em Janeiro de 1991;
- *Formação Pessoal e Social* (n.º 3,1992) – Com as comunicações apresentadas no Colóquio organizado, em 1991, pelo Grupo de Projecto Educação Pessoal e Social;
- *Decisões nas Políticas e Práticas Educativas* (n.º 4,1992) – Com as conferências dos especialistas portugueses nos Terceiros Encontros Luso-Franceses em Educação e Formação em cuja organização, em 1991, a SPCE participou.
- *A História da Educação em Espanha e Portugal: Actividades e Investigações* (n.º 5,1993) – Com as comunicações apresentada no 1.º Encontro Ibérico de História da Educação, organizado conjuntamente pela Secção de História de Educação da SPCE e pela Sociedade Espanhola de História da Educação.

Publicação da Revista da SPCE – Fazia parte do plano de acção da primeira Direcção eleita iniciar a publicação de uma Revista. Este projecto não se concretizou. Assinale-se que só veio a concretizar-se em 2002 com a publicação do nº1 da revista *Investigar Educação*.

Boletim Bibliográfico da Produção Científica dos Sócios – Em Fevereiro de 1992, foi solicitado aos sócios o envio de uma lista dos trabalhos científicos da sua autoria, publicados em 1990 e 1991. Graças a um protocolo entre a SPCE e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, o Serviço de Documentação e Informação desta preparou o primeiro Boletim Bibliográfico da Produção Científica dos Sócios relativo a 1990 e a 1991, cuja distribuição ocorreu no 1.º semestre de 1993.

5 EMISSÃO DE PARECERES E RECOMENDAÇÕES SOBRE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO⁹

Por solicitação externa, ou por iniciativa própria, foram elaborados pareceres e recomendações, quase todos por Secções ou Grupos de Projecto e relativos a questões

⁸ Alínea e) dos meios de acção (art.º 3.º) da SPCE

⁹ Alínea b) dos meios de acção (art.º 3.º) da SPCE

do âmbito da Reforma Educativa em curso. A declaração do II Congresso da SPCE focalizava-se na relevância das Ciências da Educação para a acção educativa.

Projecto de Avaliação dos Alunos dos Ensinos Básico e Secundário – O Instituto de Inovação Educacional solicitou, em 1991, um parecer sobre este projecto. A SPCE correspondeu através de pareceres emitidos pelas Secções de Teoria do Currículo e de Tecnologia Educativa e Comunicação.

Programas da Disciplina de Formação Pessoal e Social – O Instituto de Inovação Educacional também solicitou, em 1991, um parecer sobre estes programas. A SPCE correspondeu através de parecer emitido pelo Grupo de Projecto Educação Pessoal e Social.

Área de Formação Pessoal e Social na Reforma Curricular – O Grupo de Projecto Educação Pessoal e Social, no seguimento do Colóquio que organizou em 7 e 8 de Novembro de 1991, elaborou uma proposta sobre esta área curricular que foi enviada directamente à Presidência da República, à Comissão Parlamentar de Educação, ao Ministério da Educação, ao Conselho Nacional da Educação e à Comissão Episcopal da Doutrina Cristã¹⁰.

Reforma Curricular – O Conselho Nacional de Educação solicitou um parecer sobre a reforma curricular. Com a participação das Secções Educação e Língua Materna, Educação e Matemática, Educação e Línguas Estrangeiras e a Pró-Secção Educação e Arte foi elaborado, em 1992, um parecer com o contributo específico de cada uma.

Os Caminhos da Reforma Educativa: Interrogações Sociológicas – Por sua iniciativa, a Secção de Sociologia da Educação da SPCE, em colaboração com a congénere da Associação Portuguesa de Sociologia, elaborou, em 1992, um parecer sobre os caminhos da reforma educativa¹¹.

Programas Escolares no domínio das Ciências – A Secção Educação em Ciências da Natureza, por iniciativa própria, elaborou um parecer sobre os programas escolares no domínio das Ciências.

Declaração do II Congresso da SPCE – Na Sessão de Encerramento deste Congresso, foi emitida uma declaração pública recomendando medidas a tomar, no seio da comunidade das Ciências da Educação e por entidades públicas, relativamente à articulação entre Investigação Educacional e a Acção em Educação (tema do Congresso)¹².

¹⁰ Proposta difundida em SPCE NOTÍCIAS, n.º 2, Dezembro de 1991.

¹¹ Parecer difundido em SPCE NOTÍCIAS, n.º 5, Janeiro de 1993.

¹² Tomada de posição difundida em SPCE NOTÍCIAS, n.º 5, Janeiro de 1993.

6 QUALIDADE DO ENSINO DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL¹³

Com vista a uma definição ulterior de critérios de análise da qualidade do ensino das Ciências da Educação, iniciaram-se alguns levantamentos da situação, uns mais centrados na presença das disciplinas de Ciências de Educação nos cursos de Ciências da Educação e nos de Formação de Professores e outros, no ensino de disciplinas específicas.

Oferta de formação em Ciências da Educação – A Direcção iniciou um levantamento relativo ao ensino das Ciências da Educação em Portugal: doutoramentos, mestrados, licenciaturas, cursos de estudos superiores de formação especializada e outros cursos de cujos planos de estudo constem disciplinas de Ciências da Educação.

Oferta de formação de Professores em Portugal – A Secção Formação de Professores iniciou, em 1992, um trabalho de levantamento e análise da oferta de formação de professores existente em Portugal no domínio da formação inicial, da profissionalização em serviço e da formação contínua. Relativamente aos cursos de formação inicial, tinha por objectivo analisar a relação entre a formação científica no domínio a ensinar e a formação científica em educação, o número e o nível de habilitação dos docentes, bem como a dimensão da respectiva procura. Até Novembro de 1992, já tinha sido recolhido informação de 18 instituições universitárias e politécnicas com base na qual foi apresentada uma comunicação no II Congresso da SPCE.

Ensino de Didácticas de Línguas – A Secção Educação e Línguas Estrangeiras, em colaboração com a Secção Educação e Língua Materna, analisou 35 programas de disciplinas de Didácticas das Línguas no ensino superior. Os resultados foram publicados na Colecção *Ciências da Educação em Portugal*, editada pela SPCE.

Ensino das Disciplinas de Administração Escolar – A Secção Administração Educacional efectuou um levantamento sobre o ensino das disciplinas de administração escolar, posteriormente apresentado num seminário.

Docência em Psicologia da Educação – No colóquio organizado pela Secção Psicologia da Educação foram apresentadas as experiências de docência da Psicologia em cursos de formação de professores de oito Escolas Superiores de Educação e de duas universidades: Minho e Coimbra.

¹³ Alínea i) dos meios de acção (art.º 3.º) da SPCE

7 FORMAÇÃO ESPECIALIZADA¹⁴

Neste âmbito, regista-se a oferta de nove módulos de curta duração e de um curso organizado ao longo de dez fins de semana.

Módulos de Formação Especializada – No seguimento de um inquérito feito pela direcção aos sócios, foram organizados, no Verão de 1992, no Continente e na Madeira, nove módulos de formação especializada, com a duração de quinze horas cada (Quadro 9).

Quadro 9 Módulos de Formação Especializada organizados pela SPCE, no Verão de 1992

Módulos	Formadores
Filosofia da Educação numa Perspectiva Intercultural	Manuel Patrício
Pressupostos Antropológicos das Tendências Actuais da Pedagogia	Adalberto Dias de Carvalho
A Motivação e o Interesse na Sala de Aula*	Mário Azevedo
A Reforma Curricular em Curso à Luz dos Conceitos da Teoria Curricular	Maria de Jesus Lima
Os Professores e os Novos programas: Como Prepará-los para essa Realidade?	Isabel Alarcão
Desenvolvimento Pessoal e Desenvolvimento Profissional: Problemática, Teoria e Estratégias de Formação Contínua*	Maria Teresa Ambrósio
Oficina da Escrita: Perspectivas de Adequação da Pedagogia da Escrita no 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico	Maria de Fátima Sequeira
Projecto Educativo e Administração da Escola*	João Formosinho e António Sousa Fernandes**
Educação Especial: Desenvolvimento e Adaptações Curriculares	Jorge Coelho da Silva e Donzília Ferreira da Silva

*Módulos que também se realizaram na Madeira, por solicitação do Sindicato de Professores da Madeira

**Na Madeira

Curso de Política Educativa – A Secção Política Educativa e Educação Comparada organizou um Curso sobre Política Educativa, com a duração total de 60 horas, que decorreu nas instalações da Universidade de Aveiro. O curso decorreu sob a forma de seminários mensais, com a duração de 6 horas cada e início em 25 de Janeiro de 1992, tendo a cerimónia de encerramento, com entrega de certificados de frequência, ocorrido em 17 de Abril de 1993 (Quadro 10).

¹⁴ Alínea c) dos meios de acção (art.º 3.º) da SPCE

Quadro 10 Temas e Orientadores dos Seminários do Curso de Política Educativa

Temas	Orientadores
Política(s) Educativa(s): Estatuto e Fundamentação Epistemo-Antropológica	Adalberto Dias de Carvalho
Políticas Públicas	Carlos Gaspar
Tipologias de Análise das Políticas Educativas	Eurico Lemos Pires
Reformas e Tendências	António Nóvoa
Construção Política da Educação Pública	João Formosinho
Movimentos Políticos Contemporâneos	Adriano Moreira
Economia da Educação	Daniel Bessa
Demografia e Políticas Educativas	Jorge Arroiteia
Políticas Comunitárias e Políticas Educativas Nacionais	Eurico Lemos Pires
Painel sobre Prospectivas em Política Educativa	Eduardo Marçal Grilo

Criação e Acreditação do Centro de Formação da SPCE – Foi criado pela Direcção, em Janeiro de 1993, o Centro de Formação da SPCE, ficando previsto iniciar o processo da respectiva acreditação no quadro do Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores.

8 RELAÇÕES EXTERNAS¹⁵

A SPCE, por iniciativa da Direcção ou de algumas das Secções, estabeleceu relações de diversa natureza com entidades nacionais e internacionais.

Utilidade Pública da SPCE – Foi solicitado e atribuído, em 1993, à SPCE o estatuto de utilidade pública, após terem sido emitidos os pareceres necessários para o efeito.

Reunião com o Ministro da Educação – A Direcção da SPCE foi recebida, em 22 de Abril de 1991, pelo Ministro da Educação, Eng. Roberto Carneiro, a quem apresentou a SPCE e com quem tratou questões de interesse desta.

Reunião com o Instituto de Inovação Educacional (IIE) – A Direcção da SPCE foi recebida, em 7 de Maio de 1991, pelo Presidente do IIE, tendo sido analisadas formas de colaboração entre as duas entidades.

¹⁵ Alíneas l) e m) dos meios de acção (art.º 3.º) da SPCE

Apresentação da SPCE a várias entidades – A Direcção da SPCE apresentou cumprimentos por escrito e enviou os estatutos, bem como um texto de apresentação da Sociedade, às seguintes entidades, tendo manifestado disponibilidade para colaborar no que fosse julgado de interesse:

- Comissão Parlamentar de Educação
- Comissão Parlamentar da Juventude
- Conselho Nacional da Educação
- Conselho de Reitores
- Conselho Coordenado do Ensino Superior Politécnico
- Conselho do Ensino Particular e Cooperativo
- Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
- Instituto Nacional de Investigação Científica
- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação

Membro do Conselho Nacional da Educação – Pelo Decreto-Lei n.º 244/91, de 6 de Julho, a SPCE passou a integrar o Conselho Nacional da Educação. A representação da SPCE foi assegurada pelo Presidente da Direcção. Este foi, num dado momento, designado para presidir uma das comissões especializadas – a dos ensinos básico e secundário – e, em consequência, para fazer parte da Comissão Coordenadora do Conselho. Foi ainda, em 1992, um dos relatores de uma recomendação sobre o acesso ao ensino superior e preparou, no início de 1993, duas partes de um relatório sobre a implementação da reforma curricular dos ensinos básico e secundário.

Federação Portuguesa das Associações das Sociedades Científicas – A SPCE aderiu a esta Federação e participou nas primeiras eleições dos respectivos órgãos sociais, em 3 de Dezembro de 1991.

Sociedade Portuguesa de Educação Médica – A SPCE estabeleceu, em 1992, relações com esta Sociedade, a seu pedido, as quais se traduziram no intercâmbio de documentação produzida.

Associação Europeia de Investigação em Educação – Por intermédio do Presidente da Direcção, a SPCE participou num encontro de representantes de oito associações nacionais e de cinco internacionais de investigadores em Ciências da Educação que teve lugar durante um congresso realizado na Holanda, de 22 a 25 de Junho de 1992, e na qual foi decidido avançar com diligências para constituir uma associação de associações nacionais, o que veio a acontecer em 1994.¹⁶

¹⁶ No seguimento de duas outras reuniões em Aarau, na Suíça, em Outubro de 1993 e em Frankfurt, em Abril de 1994, veio a ser constituída, em 18 Junho de 1994, em Strasbourg, a European Educational Research Association (EERA), da qual a SPCE foi membro fundador. Sobre o processo conducente à criação desta associação, com referência à participação da SPCE, ver: Grefter, Armin (2007). The International Social Organisation of Educational Research in Europe: reviewing the European Educational Research Association as an example – facts and questions. *European Educational Research Journal*, Volume 6, n.º 2. (Tradução inglesa, publicada depois da morte do autor- 2005 - de um texto escrito, anos atrás, em alemão, pelo Presidente da associação congénere suíça, que organizou a reunião em Aarau).

Conselho Mundial das Sociedades de Educação Comparada – A SPCE foi admitida como membro efectivo deste Conselho em Julho de 1992, passando a integrar a respectiva Comissão Executiva, através da Secção Política Educativa e Educação Comparada.

Associação Internacional de História da Educação – A Secção História da Educação filiou-se nesta Associação. Por proposta desta Secção, uma sócia da SPCE foi eleita em 1992, para o Comité executivo desta Associação.

Associação Francesa de Professores e Investigadores em Ciências da Educação – A SPCE estabeleceu relações bilaterais com esta associação. Alguns membros desta associação fizeram parte da comissão organizador dos Terceiros Encontros Luso-Franceses sobre Educação e Formação, realizado em Outubro de 1991.

Sociedade Espanhola de Pedagogia – A SPCE estabeleceu relações bilaterais com esta sociedade que convidou o Presidente da Direcção para, durante o Congresso que realizou em Salamanca, proferir, em 2 de Outubro de 1992, uma conferência sobre As Ciências da Educação em Portugal¹⁷.

9 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESTRUTURAS DA SPCE

Assembleias Gerais – Em 28 de Março de 1992 e, em 17 de Abril de 1993, tiveram lugar as Assembleias Gerais Estatutárias, tendo sido aprovados os Relatórios de Contas, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, e os Relatórios e Planos de Actividades.

Direcção da SPCE – Na primeira reunião da direcção eleita da SPCE, realizada em 15 de Fevereiro de 1991, procedeu-se à distribuição de pelouros (Quadro 11). Entre Janeiro de 1991 e Abril de 1993, a Direcção efectuou 8 reuniões.

¹⁷ Inserida na segunda parte deste texto.

Quadro 11 Pelouros dos membros da Direcção eleita em 19 de Janeiro de 1991

Membro da Direcção	Pelouro
Bártolo Paiva Campos (Presidente)	Relações nacionais e internacionais; ligação com as Secções; Instalações
Maria Odete Valente (Vice-Presidente)	Reuniões Científicas e Formação
António Nóvia (Vice-Presidente)	Investigação em Ciências da Educação
João Formosinho (Vice-Presidente)	Ensino das Ciências da Educação
Maria de Jesus Lima (Vogal)	Boletim Informativo; Directório dos Sócios; Secretariado
Teresa Ambrósio (Vogal)	Publicações e Pareceres
Rui Canário (Vogal)	Produção Científica dos Sócios; Centro de Documentação; Tesouraria

Instalações e Secretariado da SPCE – O Ministério da Educação autorizou a SPCE a utilizar, para sua sede, um edifício situado na Rua João de Deus, no Porto, e concedeu um subsídio para realização das necessárias obras. Anteriormente, o Secretariado da SPCE funcionou em instalações disponibilizadas pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e, a partir de 1992, pela Escola Superior de Educação do Porto. O Ministério da Educação autorizou o destacamento de dois professores para apoio ao secretariado da SPCE, tendo um sido colocado no Porto e outro em Lisboa.

Secções

- **Princípios Gerais de Organização e Funcionamento das Secções** – Foram elaborados, por um grupo constituído por Eurico Lemos Pires, Isabel Alarcão e António Sousa Fernandes, e aprovados pela Assembleia Geral de 28 de Março de 1992, os Princípios Gerais de Organização e Funcionamento das Secções, o que permitiu às Secções iniciarem a elaboração ou adequação aos mesmos dos respectivos regulamentos internos.¹⁸
- **Conselho de Secções** – Realizou-se em 6 de Maio de 1991, no Porto, uma reunião do Conselho de Secções;
- **Novas Secções** – Na Assembleia Geral de 28 de Março de 1992, foram criadas duas novas secções: Educação de Adultos, coordenada por António Simões e Educação e Matemática, coordenada por João Pedro Ponte; na de Abril de 1993, foi criada a Secção Educação e Arte, coordenada por Elisabete Oliveira. Em Maio de 1993, as Secções da SPCE e os respectivos coordenadores eleitos são os referidos no Quadro 12.
- **Financiamento das Secções** – Às Secções com Plano de Actividade aprovado foi atribuído financiamento para sua implementação.
- **Boletim informativo de duas Secções** – As Secções Sociologia da Educação e Educação e Língua Materna iniciaram, em 1991, a publicação de um boletim informativo.

¹⁸ Estes princípios foram difundidos em SPCE NOTÍCIAS, n.º 3, Maio 1992.

Quadro 12 Secções da SPCE e Coordenadores, em Maio de 1992

Secções	Coordenadores Eleitos
Filosofia da Educação	José Ribeiro Dias
História de Educação	António Nóvoa
Psicologia da Educação	José Tavares
Sociologia da Educação	António Joaquim Esteves
Política Educativa e Educação Comparada	Eurico Lemos Pires
Educação e Desenvolvimento	Maria Teresa Ambrósio
Administração Educacional	Licínio Lima
Inovação Educacional	Ana Benavente
Orientação Vocacional e Formação Profissional	Joaquim Luís Coimbra
Formação de Professores	Albano Estrela
Educação de Adultos	António Simões
Educação Especial	David Rodrigues
Teoria do Currículo	Maria Luísa Alonso
Educação em Ciências da Natureza	Maria Odete Valente
Educação e Matemática	João Pedro da Ponte
Educação e Língua Materna	Maria Fátima Sequeira
Educação e Línguas Estrangeiras	Isabel Alarcão
Educação e Arte	Elisabete Oliveira

Grupos de Projecto¹⁹

- *Grupo de Projecto Educação Pessoal e Social* – Sob proposta de um grupo de sócios, foi criado, na reunião da Direcção de 15 de Fevereiro de 1991, um Grupo de Projecto no domínio da Educação Pessoal e Social, coordenado por Júlia Formosinho.
- *Grupo de Projecto Inserção Profissional dos Diplomados em Ciências da Educação* – Por proposta de um grupo de sócios, foi criado na reunião da direcção de 30 de Julho de 1992, um grupo para estudar esta questão. Foi convocada uma reunião de sócios provisórios para definir a constituição e metodologia de trabalho do grupo.
- *Grupo de Projecto Escolas Básicas Integradas* – Por proposta de um grupo de sócios foi criado este Grupo de Projecto, coordenado por Eurico Lemos Pires.

¹⁹ Nos termos do art.º 5º dos Estatutos da SPCE, podem ser criados com duração limitada

Sócios

- *Evolução do número de sócios* – Em 31 de Dezembro de 1991, havia 423 sócios singulares e 10 sócios colectivos. Em 31 de Dezembro de 1992, havia 540 sócios singulares (493 efectivos e 47 provisórios) e 13 colectivos. No Quadro 13 pode ver-se a evolução do número de sócios entre Dezembro de 1989 e Dezembro de 1992.
- *Pagamento de cotas em conta bancária* – No final de 1992, 254 sócios não tinham liquidado as cotas desse ano, 92 as de 1991 e 26 as de 1990. A Assembleia Geral de Março de 1992 decidiu suspender os sócios com mais de dois anos de atraso no pagamento de cotas, se, avisados por carta com aviso de recepção, não regularizassem a situação no prazo de 60 dias. Foi incentivado o pagamento de cotas através de conta bancária. A este propósito, um grupo de 15 sócios enviou à Direcção da SPCE, com data de 29 de Maio de 1991, um protesto e comunicação de recusa em seguir este procedimento por a instituição bancária escolhida ser o Banco Comercial Português e este ter assumido atitudes e práticas discriminatórias em relação às mulheres. Não só solicitavam que fosse reconsiderada a utilização deste Banco, como ainda que fosse expresso junto da Direcção do Banco tal protesto. Os sócios foram informados que, por ocasião da abertura da conta (no banco mais próximo do Secretariado, assinale-se) esta atitude do banco ainda não era pública, que ia ser aberta uma conta noutra banco e que a anterior seria fechada logo que nenhum sócio a usasse para liquidar as suas cotas.
- *Boletim de informação aos sócios* – Iniciou-se a publicação de um boletim de informação aos sócios – SPCE NOTÍCIAS – tendo sido publicados 5 números entre Agosto de 1991 e Janeiro de 1993. A responsabilidade pela edição deste boletim coube a Maria de Jesus Lima, vogal da Direcção da SPCE. O boletim foi distribuído gratuitamente a todos os sócios e a instituições do domínio da Educação.
- *Repositório da Produção Científica dos Sócio* – Quando, em Fevereiro de 1992, foi solicitado aos sócios o envio de uma lista dos trabalhos científicos da sua autoria, publicados em 1990 e 1991, foi também solicitado o envio de um exemplar de cada um. Iniciou-se a catalogação dos exemplares recebidos e começou a ser constituído o Centro de Documentação da SPCE.
- *Directório dos Sócios* – Com vista à recolha de elementos junto dos sócios para a elaboração do “Quem é Quem?” na SPCE, foi elaborado e distribuído um questionário aos sócios.

Quadro 13 Número total de sócios entre Dezembro 1989 e Dezembro de 1992

	Sócios individuais		Sócios Colectivos
	Efectivos	Provisórios*	
Dezembro 1989 (Assembleia Constituinte)	260	-	-
Maio 1990 (escritura)	288	-	-
Dezembro 1990	318		
Dezembro 1991	423	12	10
Dezembro 1992	493	47	13

Sócios Colectivos em Dezembro de 1992

Instituto de Inovação Educacional	Escola Superior da Educação João de Deus
Escola Superior da Educação Beja	Escola Superior da Educação Paula Frassinetti
Escola Superior da Educação Castelo Branco	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da UP
Escola Superior da Educação Faro	CIFOP da Universidade de Aveiro
Escola Superior da Educação Lisboa	Movimento da Escola Moderna
Escola Superior da Educação Porto	Instituto Irene Lisboa
Escola Superior de Educação de Setúbal	

* Pessoas singulares a frequentar um curso de Ciências da educação que atribua grau académico.

10 HOMENAGEM A RUI GRÁCIO

Sessão de homenagem – A SPCE organizou, em 10 de Dezembro de 1991, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, uma sessão de homenagem a Rui Grácio, recentemente falecido em 30 de Março. Presidida pelo Presidente da República, Mário Soares, a sessão foi aberta pelo Presidente da Direcção e nela intervieram João Formosinho, Joel Serrão e Rogério Fernandes. O encerramento coube ao Presidente da República que condecorou Rui Grácio, a título póstumo, com a Ordem da Instrução Pública. A organização da sessão de homenagem esteve a cargo dos sócios Maria Emília Brederode Santos, Maria José Martins e José Carlos Abrantes.

Prémio Rui Grácio – Como já referido acima, o prémio de investigação em Ciências da Educação, criado pela SPCE, com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, foi designado Prémio Rui Grácio.

11 RECEITAS E DESPESAS DA SPCE EM 1991 E 1992

Contabilidade assegurada por gabinete externo – Por decisão da direcção, em 6 de Maio de 1991, a realização da contabilidade oficial da SPCE passou a ser assegurada por um Gabinete de Contabilidade.

Relatório de Contas de 1991 – O Relatório de Contas relativo a 1991 mereceu parecer positivo do Conselho Fiscal e foi aprovado na Assembleia Geral anual de 1992 (Quadro 14). Assinale-se que inclui as actividades das Secções, os Colóquios e as Formações.

Quadro 14 Receitas e despesas da SPCE em 1991

Receitas	Jóias e cotizações	1.286.000\$00
	Inscrições em Colóquios	988.000\$00
	Publicações	2.000\$00
	Subsídios	1.504.405\$00
	Total	3.780.405\$00
Despesas	Honorários colaboradores	410.920\$00
	Honorários consultores	70.187\$00
	Despesas postais	200.443\$00
	Material escritório	295.852\$00
	Higiene e conforto	96.400\$00
	Trabalhos especializados	2.012.095\$00
	Deslocações e estadias	581.000\$00
	Total	3.666.897\$00
Disponibilidades em 31 Dezembro de 1991		113.508\$00

Relatório de Contas 1992 – O Relatório de Contas relativo a 1992 mereceu parecer positivo do Conselho Fiscal e foi aprovado na Assembleia Geral anual de 1993 (Quadro 15). Assinale-se que inclui as actividades das Secções, os Colóquios/Congresso e as Formações.

Quadro 15 Receitas e despesas da SPCE em 1992

Receitas	Jóias e cotizações	1.851.210\$00
	Inscrições em Colóquios	1.711.000\$00
	Publicações	383.000\$00
	Subsídios	5.272.000\$00
	Juros bancários	130.638\$00
	Total	9.347.848\$00
Despesas	Honorários colaboradores e consultores	700.000\$00
	Despesas postais	345.841\$00
	Material escritório	230.820\$00
	Trabalhos especializados	1.851.243\$00
	Deslocações e estadias	998.529\$00
	Outras despesas correntes	121.043\$00
	Cotas FESPAC	25.000\$00
	Prémio Rui Grácio	500.000\$00
Total	4.772.476\$00	
Disponibilidades em 31 Dezembro de 1992		4.575.372\$00

Segunda Parte
DISCURSOS

I ABERTURA DO PRIMEIRO CONGRESSO DA SPCE²⁰ Porto, 30 de Novembro de 1989

²⁰ Intervenção na Sessão de Abertura do I Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, que se realizou no Porto, em 30 de Novembro e 1 e 2 de Dezembro de 1989. Já publicado em: SPCE (1991). *Ciências da Educação em Portugal: Situação Actual e Perspectivas* (pp. 7-11). Porto: SPCE

Em nome da organização e em meu nome pessoal, desejo começar por cumprimentar os responsáveis ou representantes de todas as instituições convidadas, agradecendo a presença de Vossas Excelências na Sessão de Abertura do Primeiro Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Aos participantes no Congresso, as cordiais saudações e os votos de agradáveis dias intercâmbio e convívio entre nós.

É-nos legítimo desejar, e seja-nos permitido esperar, que daqui a dez anos, na passagem do século, este primeiro congresso, realizado a poucos dias da entrada na última década do século XX, seja considerado um marco histórico no desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal e, portanto, não só da educação, como ainda da própria sociedade portuguesa.

Com este Congresso nasce a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, isto é, as pessoas (e as instituições, esperamos) que em Portugal se dedicam ao ensino e à investigação neste domínio associam-se para potencializar as suas actividades de modo a encontrar caminhos de maior realização pessoal e institucional, sendo mais eficazes no seu contributo para a transformação da nossa realidade educativa e, deste modo, também para o bem-estar de um número cada vez maior de portugueses.

Se há muito que existe em Portugal discurso, pensamento, reflexão e estudo rigoroso e científico sobre as práticas e instituições educativas e ensino sobre as mesmas, é verdade que apenas nos últimos 15 a 20 anos se tornou significativo, não só o número dos especialistas que se dedicam à investigação e à docência das Ciências da Educação, como ainda a diversidade de disciplinas científicas pelas quais estes se distribuem. Se a Filosofia e a História foram as primeiras, há mais tempo, as modernas Ciências Sociais, como a Psicologia e a Sociologia, por exemplo, só ultimamente de desenvolveram em Portugal e, conseqüentemente, a preocupação destas disciplinas com a educação é mais recente. O mesmo acontece com as metodologias de ensino ou de desenvolvimento curricular e com a análise de outras problemáticas à luz de várias disciplinas para constituir um sistematizado corpo próprio de conhecimentos.

O actual de estado de desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal, muito mais tardio do que nos outros países da Europa e da América do Norte, criou condições próprias à emergência, julgo que posso dizer entusiasta, da Sociedade. Justo é neste momento realçar os esforços realizados noutras épocas e que não chegaram a bom termo pelas mais variadas razões. Destacarei a iniciativa levada a cabo, já no início da década de setenta, por um grupo em que se encontrava o nosso colega Rui Grácio.

É para mim um imenso prazer, e tenho a certeza de nisso ser acompanhado pelos presentes, que a Conferência de Abertura do Primeiro Congresso da Sociedade seja realizada pelo Rui Grácio que há muitos anos se dedica entre nós à reflexão, ao estudo e à análise sobre a educação. Não só o faz em Portugal, mas ainda sobre a realidade educativa portuguesa e com grande empenho de que a actividade científica que realiza contribua para a acção educativa, sua e dos outros. Se a sua presença é sinal de todo este empenho e da atenção que sempre dedicou a todos nós, veja no nosso

convite para abrir o Primeiro Congresso da Sociedade uma homenagem realizada assim com toda esta simplicidade.

Faltou à chamada um grande amigo cuja dedicação, entusiasmo e capacidade de congregar vontades muito contribuiu para desenvolver dois dos actuais maiores polos de investigação e ensino das Ciências da Educação em Portugal – o do Minho e o de Aveiro – e que também esteve ligado a anteriores iniciativas de lançamento de uma associação de Ciências da Educação entre nós. Ao João Loureiro a nossa recordação.

O objectivo geral da Sociedade é contribuir para a solução dos problemas educativos através do desenvolvimento da investigação e da docência das Ciências da Educação. Do desenvolvimento de uma e outra depende em grande parte que o professor (e o formador ou o educador numa perspectiva mais englobante) seja um profissional e não um mero *agente da administração* do Estado. A autonomia profissional passa por aqui.

Para contribuir para este objectivo global a Sociedade vai, antes de mais, incentivar e facilitar o intercâmbio e a união de esforços e recursos entre as pessoas e entre as instituições que se dedicam à investigação e ao ensino em qualquer domínio das Ciências da Educação: o que cada pessoa ou instituição não consegue sozinha, é possível, juntando pessoas e instituições; procurará ainda a Sociedade promover e defender a qualidade de tal investigação e ensino; difundirá, finalmente, as Ciências da Educação junto das pessoas e instituições interessadas e junto da opinião pública, em geral.

Como meios de acção para atingir estes objectivos a Sociedade estimulará a emergência, apoiará o desenvolvimento ou tomará mesmo a iniciativa da realização de projectos de investigação, de análise de necessidades, de inovação e de avaliação no domínio da educação, especialmente daqueles que se debrucem sobre a realidade educativa portuguesa e incluam investigadores de vários centros. Formulará pareceres e recomendações, por iniciativa própria ou a solicitação de terceiros, relativamente a questões de política, prática e meios educativos. Apoiará ou organizará a difusão de informação e ocasiões de formação, especialmente destinadas aos seus associados. Realizará e apoiará a organização de Congressos, Seminários e Colóquios, nacionais e internacionais e publicará boletins, revistas e livros. Poderá mesmo vir a definir critérios a que devem obedecer os cursos no domínio das Ciências da Educação e da formação de professores ou de outros profissionais da educação e, mediante solicitações dos respectivos responsáveis, avaliar se um curso está organizado segundo aqueles critérios. Obviamente que se filiará nas associações internacionais de Ciências da Educação e cooperará com instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiras.

O desenvolvimento da investigação e ensino das Ciências da Educação em Portugal, para que a Sociedade quer contribuir, não é só condição para que professor seja uma profissão, como ainda dele depende, em muito, qualquer Reforma Educativa ou,

melhor dizendo, a permanente dinâmica de reforma nas escolas e outros centros educativos. Se é verdade que o potencial de Ciências da Educação existente em Portugal ainda não tem muito tradição e não é grande, também julgo que não é exagero afirmar que não tem sido muito procurado pelas instâncias mais responsáveis da actual Reforma Educativa, nem a dispersão das pessoas tem facilitado uma tomada de posição por iniciativa própria; com a constituição da Sociedade a situação pode mudar.

Tenha-se ainda presente que a educação não se esgota nas escolas; estende-se a outras realidades educativas, nomeadamente à formação profissional. Às centenas de milhões de contos que desde há alguns anos se têm gasto em formação profissional em Portugal (em cada ano, mais do que o orçamento total do ensino superior) de certeza que não correspondeu uma proporcional melhoria da qualificação profissional dos jovens abrangidos. Isto deve-se a inúmeros factores, entre os quais se situa a falta de contributo das Ciências da Educação.

Se há, porventura, domínios, como talvez o das engenharias, em que nos poderíamos limitar a importar a investigação produzida no estrangeiro, caso não existissem barreiras a tal difusão, no que respeita às ciências úteis para a acção educativa, dadas as especificidades de cada contexto humano e social, isso não basta.

A criação de formação de professores nas Universidades, a partir da década de setenta, e nas Escolas Superiores de Educação, já nos anos oitenta, bem como, mais recentemente, os mestrados e licenciaturas em Ciências da Educação têm sido os principais factores impulsionadores do ensino e da investigação no domínio das Ciências da Educação em Portugal. A maior parte da investigação realizada, até agora, tem estado necessariamente ligada à própria formação dos investigadores, em geral em centros estrangeiros ou com apoio destes, de que se destacam os dos Estados Unidos e da Inglaterra, nos países anglófonos, e os da França, Bélgica, Canadá e Suíça, nos países francófonos. Mas já existem também alguns projectos da responsabilidade de investigadores com qualificação e experiência anterior em investigação e, em certas áreas, já não se justificam bolsas para realizar os doutoramentos no estrangeiro.

Não se esqueça, porém, que os desenvolvimentos demasiado rápidos, como foi o do número de especialistas em ciências da educação, graças à multiplicação de mestrados e mestrandos em poucos anos, têm preços a pagar, se não ao nível da qualidade, pelo menos ao nível da fragilidade e do carácter embrionário de todo o edifício constituído pelos recursos humanos em Ciências da Educação. O que será um motivo a mais para justificar actualidade da constituição da Sociedade.

Se para a formação de investigadores no estrangeiro tem havido o necessário apoio estatal, o mesmo não se pode dizer para o desenvolvimento de actividades de investigação no nosso País. As Ciências da Educação estão votadas à sorte das Ciências Sociais, as recém-chegadas ao nosso País e, por isso, aquelas que contam com menos Centros e com menos verbas do INIC. É de esperar que o Instituto de Inovação

Educacional, com tarefas no domínio da investigação e educação, contribua significativamente para saltos qualitativos no sector.

Para a constituição da Sociedade considerou-se que, após um período de pré-inscrições individuais, se realizasse um Congresso que fosse ocasião para ter um panorama sobre o caminho que tem estado a ser percorrido pelas Ciências da Educação em Portugal e, ainda, para uma garantir uma participação alargada na elaboração e aprovação dos estatutos da nova Sociedade.

Neste momento, já realizaram a sua inscrição provisória na Sociedade mais de duzentos e cinquenta especialistas em Ciências da Educação pertencentes a várias instituições de ensino e investigação com predominância para as de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Lisboa, sem dúvidas as mais antigas.

De todo o País vêm também as comunicações apresentadas neste congresso e mais haveria se não tivessem sido fechadas as inscrições, por motivos de tempo e espaços disponíveis. De qualquer modo, quase todos os centros universitários estão representados e uma boa parte das Escolas Superiores da Educação. Também há comunicações relativas às várias disciplinas das Ciências da Educação (Filosofia, História, Psicologia, Sociologia) e às problemáticas mais trabalhadas no nosso País: Insucesso Escolar, Formação de Professores, Educação Especial, Educação para os Valores, Administração da Educação, Educação de Adultos e Comunitária, Desenvolvimento Curricular e Metodologias do Ensino das Ciências e das Línguas, Novas Tecnologias da Informação na Educação, Educação e Trabalho...

Obviamente que estão representados vários quadros teóricos e metodologias de investigação, quantitativas e qualitativas, necessários ao desenvolvimento das Ciências da Educação, conforme os valores e objectivos prosseguidos em cada momento.

Considerou-se preferível que o Primeiro Congresso não fosse aberto à participação de estrangeiros, nem houvesse especialistas convidados doutros países. Para uma maior identificação e tomada de responsabilidade e para reforço da confiança em nós próprios, talvez seja melhor assim. No futuro, teremos ocasião de incrementar as relações com os nossos colegas estrangeiros, nomeadamente através de contactos com associações congéneres, alguns já iniciados como com a espanhola, a francesa e a inglesa.

Não posso terminar estas palavras de abertura sem agradecer a todas as instituições e pessoas que contribuíram pelo seu patrocínio e pelo seu trabalho para a realização deste congresso. Como devem ter reparado, a organização deste recaiu sobre os membros de uma pequena equipa constituída pelo António Esteves, a Carlinda Leite, a Helena Araújo, o José Luís Pais Ribeiro e a Rosa Lima. A Comissão Organizadora Global, de que constituíam o Secretariado Executivo, apenas prestou um apoio muito geral. Merecem o nosso mais vivo reconhecimento. Tudo o que de bem já verificaram ou vierem ainda

a reconhecer, a eles de deve. Quanto àquilo que de menos bem aconteceu, ou vier a acontecer, pensem no Presidente da Comissão Organizadora.

Em nome desta, tenho o imenso prazer de declarar aberto o Primeiro Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

II APÓS ELEIÇÕES DOS PRIMEIROS CORPOS SOCIAIS DA SPCE²¹ Lisboa, 19 de Janeiro de 1991

²¹ Palavras proferidas na Sessão de Encerramento de Colóquio da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, *Educação e Mudança*, que se realizou em Lisboa, em 18 e 19 de Janeiro de 1991. Já publicado em: SPCE (1991). *Ciências da Educação e Mudança* (pp.11-15). Porto: SPCE.

Com a eleição dos seus primeiros corpos gerentes termina hoje a fase de promoção e instalação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Após um período de pré-inscrição entre 87 e 89, a Comissão Promotora da Sociedade organizou um Congresso no Porto, no final de 89, que foi ocasião para ter um panorama sobre o caminho que tem estado a ser percorrido pelas Ciências da Educação em Portugal. O Congresso contou com mais de quinhentos participantes e quase todos os Centros Universitários e uma boa parte das Escolas Superiores de Educação estiveram representados. (...).

A Comissão Instaladora, saída da Assembleia Geral Constituinte, então realizada, promoveu depois a realização da escritura da Sociedade nos termos dos Estatutos, - que também foram aprovados na mesma altura -, impulsionou a instalação das secções já existentes, realizou as tarefas necessárias à publicação das comunicações do Congresso e dinamizou, através de uma Comissão Eleitoral, a realização das eleições de hoje.

Os nossos agradecimentos e saudações ao Senhor Ministro da Educação, que não só teve a amabilidade de conceder, recentemente, uma audiência a uma delegação da nossa Comissão Instaladora que lhe foi apresentar formalmente a Sociedade, como ainda nos honra com a sua presença neste momento significativo. Agradecemos e saudamos também todas as pessoas que, ontem e hoje, vieram participar no Colóquio realizado por ocasião das referidas eleições e nesta sessão de encerramento. Uma palavra de felicitação para os colegas de Lisboa que, sob a coordenação da Teresa Ambrósio, se empenharam na organização deste Colóquio, bem como para todos os Coordenadores de Secções que as mobilizaram para nos dar uma imagem dos seus projectos imediatos. Merece ainda o nosso agradecimento a Comissão Eleitoral que, presidida pelo Duarte da Costa Pereira, organizou todo o processo que culminou hoje com a proclamação dos resultados eleitorais. Finalmente, não podemos esquecer o conjunto de pessoas que, primeiro como Comissão Promotora e depois, como Comissão Instaladora, se empenharam para que este momento acontecesse.

A partir de agora estão criadas as condições mínimas para que a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação desenvolva programas de actividades conducentes à prossecução dos objectivos para que foi criada.

Quem somos, o que pretendemos e que vamos fazer nos próximos tempos?

Somos, neste momento, 318 de entre aqueles que em Portugal se dedicam ao ensino e ou à investigação nas várias disciplinas das Ciências da Educação. Encontramo-nos a trabalhar, sobretudo, nas Escolas Universitárias e Politécnicas que asseguram cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação. Mas alguns enquadram-se fora destas instituições e, em grande parte, preocupam-se mais com a educação não-escolar.

Os cursos de formação de professores, bem como as licenciaturas e mestrados em Ciências da Educação, contribuíram para o nosso crescimento nestes últimos vinte anos. Muitos de nós realizaram a sua formação especializada no estrangeiro, mas são cada vez mais os que a efectuam no nosso País. Um em cada cinco dos nossos associados é doutorado. Distribuímo-nos pelas diversas disciplinas e áreas das Ciências da Educação, como atestam as catorze secções da Sociedade já existentes.

O nosso objectivo é potencializar a qualidade do nosso contributo relativamente ao processo educativo no seio da sociedade portuguesa. Contribuímos graças à formação e à investigação que realizamos e à divulgação que fazemos de uma e outra sob variadas formas. São já diversas as revistas dedicadas, em Portugal, às Ciências da Educação e publicamos, ainda, noutras revistas no âmbito das Ciências Sociais, nacionais e estrangeiras. É cada vez mais frequente a nossa participação em congressos, colóquios, debates e mesas redondas sobre questões educativas, em Portugal e no estrangeiro.

Talvez não tenha sido muito significativa até agora a nossa participação nos trabalhos preparatórios das decisões de âmbito nacional relativas à Reforma Educativa, mas estamos certos de que esta situação não se manterá por muito tempo.

Estamos conscientes das limitações do nosso contributo. Por um lado, nunca a qualidade da educação dependerá apenas das Ciências da Educação em cada momento e, por outro, é ainda relativamente curto o caminho percorrido e frágil o edifício construído pelas Ciências da Educação em Portugal, sobretudo quando fazemos comparações com o desenvolvimento científico e da formação, relativamente a outros sectores da acção social, como acontece com as ciências da saúde, por exemplo.

Mas também estamos conscientes da importância do nosso contributo para o desenvolvimento da educação no nosso País e, conseqüentemente, para as mudanças necessárias na nossa Sociedade. Para conseguir o que isoladamente, ou através da instituição em que nos encontramos, não é possível, decidimos associar-nos.

As nossas actividades vão desenvolver-se no âmbito das diversas secções existentes, relativas a perspectivas e interesses mais sectoriais no quadro das Ciências da Educação, ou no âmbito global destas.

A direcção, a que tenho o prazer de presidir, definiu uma série de linhas fundamentais que constituirão critérios da sua actuação no próximo triénio. O impacto que as actividades realizadas tenham na qualidade do desenvolvimento das Ciências da Educação e das políticas educativas será sem dúvida o primeiro e mais importante. Centrados numa perspectiva abrangente das Ciências da Educação, em que esta não se limita à educação escolar, mas se estende a outras modalidades, tais como a formação profissional, a formação contínua de adultos e a educação comunitária, preocupar-nos-á a irradiação de uma imagem positiva do nosso trabalho não só junto

dos nossos colegas das comunidades científica e educativa, mas também junto da opinião pública. Fomentaremos todas as iniciativas que aprofundem as interacções entre nós e com os nossos colegas estrangeiros e que constituam espaços abertos de reflexão plural, conducentes à elaboração de discurso próprio das Ciências da Educação sobre a realidade educativa portuguesa.

Por isso, o apoio ao desenvolvimento autónomo das múltiplas secções, pelas quais nos distribuimos, será acompanhado da preocupação constante com a integração dos contributos de cada uma na resolução dos nossos problemas educativos e das questões comuns relativas à investigação e à docência em Ciências da Educação. Finalmente, claro que trabalharemos para que seja visível, para os nossos associados, a importância de fazerem parte da Sociedade e consolidaremos a estrutura organizativa desta.

Tendo estas linhas de actuação em mente, iremos examinar qual é a situação do ensino das Ciências da Educação no nosso País e começar a definir critérios a que devem obedecer os cursos no domínio das Ciências da Educação ou da formação de profissionais da educação. Posteriormente, para aquelas instituições que o desejarem, poderemos avaliar se os seus cursos correspondem ou não a tais critérios e acreditá-los, se for caso disso.

Também o exame das condições de realização de investigação em Ciências da Educação merecerá a nossa prioridade, bem como as acções junto das instituições responsáveis. Como sabemos, as Ciências da Educação fazem parte do grupo das Ciências Humanas e Sociais que mais recentemente se desenvolveram em Portugal e menor financiamento para investigação têm recebido. E, até quando se elabora um programa que se julga destinar-se a superar as nossas deficiências estruturais e a corrigir as nossas assimetrias regionais no domínio da investigação, se verifica que as Ciências da Educação, como as restantes Ciências Sociais e Humanas, foram excluídas. O Programa Ciência conduzirá o País a um beco sem saída se continuar a pressupor que as questões nucleares da mudança na nossa Sociedade se reduzem a questões tecnológicas ou que, para as restantes, basta o bom senso de cada um de nós. Nem sequer mesmo numa perspectiva guiada puramente por interesses económicos de alguns grupos sociais, isso é assim.

Promoveremos ainda ocasiões de formação especializada que não possam ser realizadas nas instituições em que se encontram os sócios. Ao mesmo tempo que nos preocupará a melhoria da docência e da investigação em Ciências da Educação, organizaremos ocasiões e fomentaremos as condições de intercâmbio e difusão do que se for fazendo, através de encontros e publicações, e procuraremos ainda influenciar a política e as práticas educativas, nomeadamente através da emissão selectiva de pareceres que se caracterizem por um estilo específico, comparativamente ao de outras instâncias, e congreguem as várias Ciências da Educação.

Finalmente, iremos estabelecer relações com associações congéneres de outros países e com organismos comunitários e internacionais que se ocupem de educação e questões conexas.

Os nossos estatutos prevêm não só a existência de sócios singulares, mas também de sócios colectivos. Isto é, a Sociedade pode também congrega as instituições que, no nosso País, se dedicam ao ensino e à investigação em Ciências da Educação. Não sabemos, neste momento, qual a receptividade de tais instituições a esta possibilidade, nem como se conjugarão os interesses dos sócios singulares com os dos colectivos, muitas vezes sem dúvida coincidentes, mas, por vezes, porventura divergentes.

Resta-me esperar que a nova direcção da Sociedade saiba dinamizar os seus associados e que estes se empenhem, através de variados meios de acção, na prossecução dos objectivos que os levou a associarem-se. Assim, seremos cada vez mais reconhecidos como especialistas das Ciências da Educação e como parceiros qualificados na elaboração das decisões relativas às práticas e políticas educativas.

III NA ABERTURA DO SEGUNDO CONGRESSO DA SPCE²² Braga, 29 de Novembro de 1992

²² Publicado anteriormente em: SPCE (1995). *Ciências da Educação: Investigação e Acção* (pp. 13-16).
Porto: SPCE.

Em nome da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, associação na qual se integra actualmente a maioria das pessoas que, no nosso País, se dedicam ao ensino ou à investigação nesta área, saúdo todos os nossos convidados a quem agradeço a honra que, com a sua presença neste Congresso, quiseram conceder à comunidade portuguesa das Ciências da Educação.

As nossas boas-vindas, também, a todos os que, não sendo sócios da Sociedade, quiseram tomar conhecimento dos trabalhos que estes têm vindo a realizar e, porventura, se dispuseram ainda a dar o seu contributo.

A todos os sócios da Sociedade aqui presentes desejo que o Congresso seja uma ocasião para iniciar, ou dar seguimento, a um diálogo gratificante sobre as investigações desenvolvidas nos últimos anos, para ganhar novas energias tão necessárias à sua contribuição e, até, para elaborar novos projectos, se possível, em cooperação.

É um prazer justificado ver que, depois do Primeiro Congresso Nacional no Porto, faz precisamente três anos, por iniciativa da sua Comissão Promotora, a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, agora já formalmente constituída e com os órgãos sociais eleitos, há quase dois anos, foi capaz de tornar realidade este Segundo Congresso Nacional. Para o efeito, a Direcção desafiou os sócios a exercer nesta Universidade do Minho para que, sob a presidência do José Ribeiro Dias, o organizassem. Aqui se situa um dos polos mais importantes das Ciências da Educação em Portugal, o primeiro que se desenvolveu no quadro das novas instituições de ensino superior, criadas a partir dos inícios dos anos setenta. Os colegas de Braga responderam ao desafio e merecem o reconhecimento de todos nós pelo que já nos foi dado ver e, estou seguro, pelo que nos será dado viver durante estes três dias. Este Congresso constitui indubitavelmente uma manifestação que consagra a capacidade de realização do polo de Ciências da Educação da Universidade do Minho.

É óbvio que o saber, o querer e o poder dos nossos colegas teriam dificuldade em dar corpo a este Congresso sem o apoio e o patrocínio de várias instituições. A todas o agradecimento da Sociedade. Permitam-me uma referência especial à Universidade do Minho, na pessoa do seu Reitor, que tão acolhedoramente nos recebe.

Gostaria de situar este Congresso, ainda que brevemente, no quadro do desenvolvimento recente das Ciências da Educação em Portugal.

O desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal, nos últimos vinte anos, é antes de mais, o desenvolvimento do ensino das Ciências da Educação. Foi essencialmente em relação a este que houve e tem havido vontade política nesta área do saber. Como indicadores quantitativos de tal desenvolvimento, podemos referir a diversidade de disciplinas ensinadas, o número de docentes envolvidos, a quantidade de instituições criadas, a variedade de cursos, diplomas e graus (de formação de professores dos vários níveis e grupos, de estudos superiores especializados, de pós-

graduação, de mestrado e doutoramento) em que as disciplinas se enquadram e, obviamente, o Orçamento do Estado dedicado à docência nesta área.

A vontade política manifestou-se na criação dos ramos educacionais nas Faculdades de Ciências, nos cursos integrados das Universidades Novas, nos cursos de professores de Educação Física, nos cursos das Escolas Superiores de Educação, nas Licenciaturas em Ciências da Educação e, mais recentemente, nos cursos de professores de Letras das Universidades Clássicas. A preparação para a docência nestes cursos se, num primeiro tempo, se fez quase exclusivamente pela obtenção de graus de mestrado e doutoramento no estrangeiro, tem sido assegurada, cada vez mais, pela realização entre nós de cursos de mestrado e de doutoramento que, entretanto, foram criados.

Se em termos quantitativos é fácil verificar o *boom* do ensino das Ciências da Educação em Portugal, já em termos qualitativos é difícil fazer ajuizar. Ora este é o desafio actual do ensino das Ciências da Educação em Portugal: garantir a qualidade e fornecer índices públicos da mesma. Se a expansão rápida pode justificar a hipótese de que, em certas circunstâncias, o nível atingido não será elevado, as preocupações aumentam legitimamente com a proliferação recentíssima de Diplomas de Estudos Superiores Especializados (DESE), nomeadamente no ensino superior privado.

À comunidade das Ciências da Educação cabe, neste momento sobretudo, a responsabilidade de chegar a um consenso quanto a índices mínimos de qualidade do ensino das Ciências da Educação em Portugal e de criar um processo de acreditação de cursos a que as instituições de formação que o desejarem possam recorrer. Assim se defende o prestígio da comunidade das Ciências da Educação e o interesse público.

Tenha-se presente, a este propósito, que a vontade política relativamente ao ensino das Ciências da Educação não é perene, nem a opinião dos colegas que, nas instituições do ensino superior, leccionam outras disciplinas e tomam decisões, é sempre maioritariamente favorável à presença e à expansão daquelas.

Quanto ao desenvolvimento da *investigação* em Ciências da Educação, temos de reconhecer que é essencialmente uma consequência ou subproduto do desenvolvimento do respectivo ensino. Em todas as políticas recentes de desenvolvimento da educação em Portugal, a componente investigação relativa aos problemas da educação não tem sido considerada expressamente e de modo significativo. Também não é líquido que, nas Escolas Superiores de Educação e nas Universidades onde se ensinam Ciências da Educação, haja uma qualquer política institucional de investigação nesta área.

A maior parte da investigação feita até agora foi realizada no quadro dos cursos de mestrado ou doutoramento, no país ou no estrangeiro, para habilitação como docente de Ciências da Educação ou para as provas de progressão na respectiva carreira. Ou, então, por ocasião dos cursos de mestrado para formação de recursos humanos

diferenciados. Tenha-se ainda presente que quase todas as pessoas que investigam dedicam a maior parte do seu tempo à docência.

O projecto político tem sido, de facto, a formação de professores e não o fomento da investigação em Ciências da Educação.

Se urge que o Estado aumente os estímulos, os apoios e os meios para a investigação nesta área, também é certo que à comunidade das Ciências da Educação cabem especiais responsabilidades em mostrar à sociedade que é capaz de utilizar eficazmente os meios disponibilizados e de produzir saber pertinente para a resolução dos problemas da educação no nosso país.

Assim, importa que as perspectivas teóricas e metodológicas, no quadro das quais se inscrevem os nossos estudos, não sejam só importadas do estrangeiro sem participação nacional visível, no seguimento do seu confronto com o contexto sociocultural português. Urge uma melhor organização do tempo, de modo a que uma maior percentagem deste possa ser dedicado pelos docentes à investigação, quer nas instituições universitárias, quer nas Escolas Superiores de Educação. Tornam-se necessários mais projectos cujo objectivo prioritário não seja apenas a formação de investigadores ou, então, que, neste caso, se insiram em projectos mais vastos em que participem investigadores já formados. O nível de elaboração destes projectos, por ocasião de candidaturas ao seu financiamento, deve, ainda, merecer uma atenção especial. Torna-se, também, necessário constituir equipas e projectos mais vastos de investigação, envolvendo mesmo investigadores de diferentes instituições, nacionais e, até estrangeiras. Impõe-se, ainda, que se divulguem os resultados das investigações e das sínteses para o ensino, não só em reuniões científicas e profissionais, como ainda em publicações nacionais e estrangeiras.

Finalmente, nota-se que não há entre nós debate sobre os trabalhos realizados, nem diálogo entre as diferentes posições assumidas. Se um e outro ainda afloram, por vezes, em reuniões científicas, são quase inexistentes nas publicações; os conhecidos citam-se, mas raramente se confrontam. Dir-se-ia que estamos perante monólogos que se sucedem, sendo certo que muitos dos leitores e dos ouvintes não deixarão de fazer, à sua conta, tal confronto.

Do que ficou dito poderá deduzir-se que tenho uma visão negativa do desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal e que só refiro as responsabilidades da comunidade das Ciências da Educação, esquecendo as do Estado.

Em meu entender, só procurei transmitir uma visão realista e assinalar os desafios que a realidade nos lança. Mas, de facto, há outros aspectos positivos que não foram ainda devidamente vincados. Assim, julgo poder afirmar que a maior parte das disciplinas já atingiu, em várias instituições, um nível elevado e nota-se, em alguns sectores do sistema educativo, a influência dos diplomados em Ciências da Educação. E os trabalhos de investigação, embora concentrando-se mais nuns domínios do que noutros e estando

em grande parte ligados às disciplinas clássicas, já englobam análises e reflexões teóricas, construção de instrumentos de observação, descrição e diagnóstico de situações ou de avaliação de necessidades, propostas de mudança, planeamento e avaliação de medidas de política educativa e de inovação pedagógica, pesquisas experimentais e quasi-experimental ou qualitativas e de investigação-acção. Aumentou o número de reuniões científicas entre nós, bem como a participação em reuniões decorridas no estrangeiro. Começamos, mesmo, a atrair Congressos internacionais em várias áreas das Ciências da Educação. Cada vez se editam mais livros neste domínio, aumentando o número daqueles cujos autores são portugueses. Publica-se, não só nas revistas específicas de Ciências da Educação, como ainda noutras revistas da área das Ciências Sociais.

E que impacto têm tido o ensino e a investigação em Ciências da Educação nas políticas e nas práticas educativas? Sendo certo que nem as políticas nem as práticas se podem derivar linearmente do saber das Ciências da Educação e que este não deve substituir junto dos actores a função prescritiva, tradicionalmente assumida pela administração, é justo reconhecer, no entanto, que, por exemplo, o desenvolvimento de tal saber entre nós já introduziu no espaço educativo português elementos de interrogação e alternativas questionadoras das simplistas posições dualistas e dogmáticas, entre soluções boas e más ou, atitudes correctas e incorrectas, mais frequentes anteriormente. Reconheça-se ainda, e é só outro exemplo, que, embora os responsáveis da Reforma Educativa nem sempre se tenham inspirado no saber das Ciências da Educação, nem tenham recorrido muitas vezes aos seus especialistas, é clara a influência do discurso destas nas reformas do sistema de gestão das escolas e da avaliação dos alunos, assim como na elaboração de um ou outro programa de ensino.

Em última análise, o ensino, a investigação e a difusão das Ciências da Educação só se justifica se for pertinente para a acção educativa. Em última análise, será esta pertinência que pode justificar uma intervenção específica do Estado no sector do ensino e da investigação em Ciências da Educação. Poder-se-á perguntar porque deverá também a política educativa contemplar a investigação em Ciências da Educação, quando há uma política científica onde esta deve estar integrada? Simplesmente, porque o Estado tem um serviço público de educação, para cuja qualidade a investigação é importante. Ouve-se, por vezes, dizer que as empresas portuguesas deveriam fomentar a investigação de que necessitam. Pois bem, que os responsáveis da "empresa" educativa façam o mesmo.

O processo de formação dos professores e dos outros profissionais de educação é uma ocasião privilegiada para a interpenetração do saber das Ciências da Educação com o saber profissional, sobretudo se se trata da formação contínua e especializada. A mudança de política relativamente à formação inicial de professores foi o factor fundamental do desenvolvimento das Ciências da Educação, nos últimos vinte anos. O actual início de uma política de formação contínua, até agora inexistente, pode ser a oportunidade para uma segunda fase deste desenvolvimento em que as Ciências da

Educação se manifestem de modo mais pertinente para a acção educativa e em que revelem as potencialidades que, progressivamente, se foram constituindo na primeira fase e não tiveram, ainda, tempo para se manifestar.

É com este desafio da próxima década que se abre este Congresso, cujo tema aglutinador é exactamente a Investigação e a Acção.

IV AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL²³

Salamanca, 2 de Outubro de 1992

²³ Versão escrita e actualizada de uma conferência proferida, na qualidade de Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, no X Congresso Nacional de Pedagogia (Salamanca, 2 de Outubro de 1992), a convite da Sociedade Espanhola de Pedagogia. Publicada em: Campos, B. (1993). As Ciências da Educação em Portugal. *Inovação*, vol.VI, pp. 11-28. Sobre este tema, ver também: Campos, B. (1995). Portugal. *In OECD Educational Research and Development: Trends, Issues and Challenges* (pp.140-146). Paris: Autor; Campos, B. (2001). The role of postgraduate studies and reseach in teacher education in Portugal. *In* Erixon, P-O; Franberg, G-M; Kallós, D. *The Role of Graduate and Postgraduate Studies and Research in Teacher Education Reform Policies in the European Union* (pp.121-131). Umea: Umea University

Centrar-me-ei no ensino e na *investigação* no domínio das Ciências da Educação, em Portugal. Focalizar-me-ei na situação actual, abordando várias questões:

- Instituições de ensino e de investigação;
- Cursos de formação existentes;
- Docentes/investigadores;
- Áreas, perspectivas teóricas e metodologias privilegiadas nos projectos de investigação;
- Fontes de financiamento da investigação;
- Difusão da investigação e intercâmbio com docentes/investigadores estrangeiros;
- Relação que o ensino e a investigação em Ciências da Educação mantêm com as políticas e as práticas educativas.

Gostaria de estar em condições de apresentar uma síntese de vários estudos que tivessem sido efectuados sobre estas questões. Infelizmente, não é o caso: escasseia entre nós a informação recolhida e sistematizada, bem como a reflexão, sobre estas questões. O que se compreende, tendo em conta que os desenvolvimentos significativos das Ciências da Educação em Portugal são recentes – sobretudo nos últimos 15 anos – e que a organização dos docentes/investigadores desta área se iniciou com a constituição da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, apenas há dois anos. Deste modo, o que se segue constitui sobretudo a elaboração de uma agenda e de hipóteses para os necessários estudos a realizar sobre a situação das Ciências em Portugal.

1 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DE INVESTIGAÇÃO

O recente desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal está sobretudo relacionado com a participação do ensino superior na formação profissional de professores, ao contrário do que aconteceu em França, por exemplo, em que o desenvolvimento das Ciências da Educação esteve divorciado da formação de professores.

Relativamente à formação de educadores de infância e de professores do ensino primário isso só aconteceu já na década de oitenta, com a abertura de 14 Escolas Superiores de Educação²⁴, da rede do ensino superior politécnico, que substituíram as Escolas do Magistério. Os cursos de formação das Escolas Superiores de Educação, que formam educadores de infância e professores do 1º e 2º ciclo dos ensinos básico (1º ao 6º ano de escolaridade)²⁵, dão um lugar de destaque às Ciências da Educação, o que

²⁴ Há Escolas Superiores de Educação em Viana do Castelo, Porto, Bragança, Viseu, Guarda, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Portalegre, Lisboa, Setúbal, Beja e Faro.

²⁵ Em Braga, Vila Real, Aveiro, Évora, Madeira e Açores não existem Escolas Superiores de Educação; aí, a formação de educadores de infância e de professores do 1º e 2º ciclo do ensino básico é assegurada pelas

não acontecia nas Escolas do Magistério, sobretudo até meados da década de setenta. Tendo em vista a existência de recursos humanos qualificados para assegurar tais disciplinas, desencadearam-se vários programas de formação no domínio das Ciências da Educação, alguns efectuados no estrangeiro ou com apoio de centros estrangeiros. A própria criação de Mestrados em Ciências da Educação foi impulsionada tendo em vista assegurar a participação portuguesa na formação de docentes para as Escolas Superiores da Educação.

Quanto aos outros professores, a sua formação no domínio das Ciências da Educação constituía, até ao início dos anos setenta, apenas uma formação complementar dos cursos universitários no domínio da(s) disciplina(s) de docência. Tal formação complementar existia somente em Lisboa, Coimbra e Porto, e a maioria dos professores exercia a função docente sem esta formação, embora só ficassem profissionalizados após a terem obtido.

Foi no início da década de setenta que surgiram os primeiros cursos universitários de formação de professores cujo plano de estudos integrava (a) disciplinas do domínio disciplinar, (b) disciplinas de Ciências da Educação e (c) o estágio. Isto começou por acontecer nas Faculdades de Ciências de Lisboa, Porto e Coimbra e, a partir de meados da década, quer no domínio das Ciências quer das Letras, na Universidades Novas em que sucessivamente se foram desenvolvendo. Surgiram, ao mesmo tempo, os cursos de formação de professores de Educação Física assegurados pelas hoje designadas Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física (Porto) e a Faculdade da Motricidade Humana (Lisboa). Já só no final dos anos oitenta é que as Faculdades de Letras de Lisboa, Coimbra e Porto criaram cursos integrados de formação de professores. Observe-se que, além das Universidades Novas, só a Faculdade de Ciências e de Motricidade Humana em Lisboa e a Faculdade de Letras e a de Educação Física do Porto dispõem de pessoal próprio no domínio das Ciências da Educação; nos outros casos, as disciplinas são asseguradas por professores das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação. No entanto, mesmo nestes casos, os professores das disciplinas ligadas à didáctica das várias disciplinas pertencem, quase sempre, às próprias Faculdades de Letras e Ciências.

A criação de cursos integrados de formação de professores nas Universidades teve as mesmas consequências da criação das Escolas Superiores de Educação: recrutamento de recursos humanos já antes formados em Ciências da Educação – quase sempre no estrangeiro – ou que progressivamente se foram formando, sendo cada vez maior o número dos que podiam realizar o mestrado e o doutoramento em Ciências da Educação no País.

Isto é, os cursos de formação de professores no ensino superior (Escolas Superiores de Educação ou Universidades) passam a conter disciplinas de Ciências da Educação.

Universidades. Observe-se que, embora as Escolas Superiores de Educação passassem a formar professores do 2º ciclo, o que não acontecia com as Escolas do Magistério, todas as Universidades (Antigas e Novas) continuaram a formar também estes professores.

Para assegurar estas disciplinas são necessários recursos humanos qualificados. No início, a qualificação destes faz-se quase totalmente no estrangeiro (licenciaturas, mestrados e doutoramentos em Ciências da Educação). Depois, as universidades portuguesas vão criando mestrados em Ciências da Educação que, no princípio, se destinam quase só à qualificação destes recursos. Finalmente, a progressão destes recursos na respectiva carreira impulsionou o desenvolvimento de doutoramentos em Ciências da Educação.

Foi ainda a formação profissional de professores, mas desta vez já não a formação inicial mas a formação especializada que, nos finais dos anos oitenta, levou à criação de Cursos de Estudos Superiores Especializados (CESE) ou de Cursos Universitários de Especialização em várias áreas de actividade profissional dos docentes (administração escolar, supervisão pedagógica, animação sócio-cultural...) cujo plano de estudos é predominantemente constituído por disciplinas de Ciências da Educação. Estes cursos existem nas Escolas Superiores de Educação e nos Departamentos de Educação das Universidades.

Vários são os factores conducentes à procura e oferta de formação pós-graduada por parte dos professores, sob a forma de cursos superiores de especialização ou através mesmo de mestrados, sem ser para vir a desempenhar funções na formação de professores. Por um lado, a titularidade destes cursos passou a contar significativamente, há pouco, para progressão dos professores na carreira; no caso dos educadores e dos professores do primeiro ciclo do ensino básico o diploma de estudos especializados confere mesmo a equivalência ao grau licenciado, com as devidas consequências ao nível do estatuto social e da progressão na carreira. Por outro lado, não só há professores motivados em adquirir qualificações para o desempenho de funções diferenciadas no âmbito do ensino, como ainda o decréscimo demográfico aconselha a reconversão de professores que vão ficando livres. Além disso, a actual reforma educativa em curso tem vindo a revelar a necessidade de tais recursos diferenciados; isto verifica-se, por exemplo, no seguimento da maior autonomia concedida às escolas e do novo modelo de direcção e gestão destas; verifica-se, também, na recentíssima criação de centros de formação contínua de professores, de âmbito concelhio, que vão necessitar de gestores de formação e de formadores de adultos; verifica-se, ainda, e só para dar um terceiro exemplo, nas estruturas regionais de educação onde é cada vez mais evidente que a formação geral de professores não basta para dar resposta ao que legitimamente se pode esperar destas estruturas. Acontece, finalmente, que a importância cada vez maior adquirida pela educação não-escolar, em que a formação profissional ocupa lugar de destaque, tem vindo a revelar a necessidade de formações especializadas não tradicionais em domínios das Ciências da Educação.

Assinale-se também que, nos finais dos anos oitenta, as Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação das Universidade de Lisboa, Coimbra e Porto criaram Licenciaturas em Ciências da Educação destinadas a desempenhar as mesmas funções: formação de recursos qualificados para assegurar a formação inicial de professores ou a formação especializada destes. Observe-se, no entanto, que também podem aceder a estas Licenciaturas jovens, imediatamente após terem terminado o

ensino secundário, e outros profissionais sem serem professores, tais como assistentes sociais e enfermeiros. Isto enquadra-se no contexto geral de outro factor de desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal, embora com expressão menor até agora: a formação de outros profissionais da educação sem serem professores. Nesta mesma linha e no que se refere à formação de Psicólogos para trabalharem no domínio da educação, se deve considerar a criação, nas mesmas Faculdades, de Licenciaturas em Psicologia, em 1976.

E quanto à investigação? Foi a existência, em cada vez maior número, de docentes de Ciências da Educação do ensino superior que levou ao desenvolvimento da investigação neste domínio. E isto, antes de outras razões, porque os cursos da formação destes docentes e a progressão na respectiva carreira implicam a realização de investigações. Daí que a maior parte da investigação existente até agora seja a que conduziu à obtenção do diploma de mestrado ou doutoramento, no estrangeiro ou no País. Só progressivamente é que a investigação vem deixando de ser a investigação para a formação de especialistas/docentes de Ciências da Educação: à medida que já não é necessária para entrar ou progredir na carreira.

Embora não haja estudos feitos sobre o assunto, somos levados a pensar que o maior volume de investigação não só tem sido efectuado nas universidades (o que se compreende facilmente, pois só estas têm cursos de mestrado e de doutoramento), como ainda pelos docentes das universidades. Na verdade, as Escolas Superiores de Educação sofrem do facto de pertencerem ao Ensino Superior Politécnico relativamente ao qual não tem sido muito clara a função da investigação. Por outro lado, para chegar ao topo da carreira neste ensino não há tantos patamares como na Universidade que exijam investigação realizada. Finalmente, as tarefas de instalação destas Escolas ocuparam, em alguns casos, energias que não puderam ser dedicadas à investigação. Não obstante, existe investigação efectuada, e em curso, da responsabilidade dos docentes das Escolas Superiores de Educação.

Mas há um outro factor para o desenvolvimento da investigação em Ciências da Educação nos últimos vinte anos; e é um factor que também influenciou o próprio desenvolvimento do ensino das Ciências da Educação para a formação de professores. Trata-se do desenvolvimento das Ciências Sociais relacionado com as mudanças políticas, sociais, económicas e culturais verificadas a partir do início dos anos setenta, primeiro com a abertura marcelista e, depois, com a revolução de Abril de 1974. No quadro das Ciências Sociais se inserem as Ciências da Educação e o desenvolvimento do ensino e investigação, nomeadamente, em Psicologia, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, contribuiu para que se incrementasse a investigação sobre educação no seio destas disciplinas.

Por outro lado, sobretudo a partir dos anos setenta, evidenciou-se cada vez mais a necessidade das Ciências da Educação para o planeamento, programação e avaliação das medidas de política educativa. Não me parece, no entanto, que isso tenha constituído um factor significativo para o desenvolvimento de centros de ensino

e investigação e para a qualificação e recrutamento de recursos no domínio das Ciências da Educação. A consciência de tal necessidade tem sido irregular e contribuído sobretudo para recorrer aos centros e docentes/investigadores que se foram implantando devido a outras razões. Convém, no entanto, matizar esta imagem pois é certo que, no âmbito da administração central do Ministério da Educação, sobretudo no seu Gabinete de Estudos e Planeamento, houve, especialmente a partir do início dos anos setenta, técnicos do Ministério, apenas alguns oriundos do ensino, que se foram qualificando em algumas áreas das Ciências da Educação (embora se identifiquem como especialistas de educação, em geral não se identificam como sendo do mundo das Ciências da Educação). Especializaram-se em domínios mais directamente ligados aos aspectos macroscópicos da educação: políticas educativas, economia da educação, planeamento educativo, administração do sistema educativo. Mais recentemente, um novo organismo central do Ministério, o Instituto de Inovação Educacional, começou a efectuar alguns estudos no domínio do desenvolvimento e da avaliação curricular, bem como no da avaliação das aprendizagens dos alunos. É preciso reconhecer que as Ciências da Educação nas Escolas Superiores, sem dúvida por causa do motivo principal da sua existência – a formação de professores –, não têm consagrado muita atenção a estas questões. Um dos objectivos do desenvolvimento das Ciências da Educação será a da aproximação entre estes dois grupos: o dos docentes investigadores do ensino superior e o dos técnicos do ministério.

Para ser completo seria de referir a existência de um conjunto de pessoas de entre as envolvidas na formação profissional que se têm dedicado a reflexões e estudos sobre esta. Como sabemos não só há uma separação entre os professores das escolas e os “formadores” de formação profissional, como tal tende a verificar-se entre os que se dedicam à docência e investigação sobre o ensino e sobre a formação profissional. O ensino e a investigação sobre esta têm tido mesmo dificuldade em adquirir estatuto universitário. A aproximação entre os especialistas da educação e os da formação profissional será outro dos objectivos do desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal.

De referir, ainda, os professores do ensino básico e secundário que, no quadro da sua actividade docente, foram realizando estudos reflexivos ou de pesquisa empírica, quantitativa ou qualitativa. O número destes vem aumentando; por vezes, participam em estudos em colaboração com docentes/investigadores do ensino superior, nomeadamente em trabalhos de investigação-acção²⁶.

²⁶ Na imagem dada até agora não se reconhecem todos os que antes do início dos anos setenta se dedicaram ao ensino e à investigação no domínio das Ciências da Educação. Poderão mesmo pensar que é uma imagem ainda muito ligada à minha história pessoal; de facto, regresssei a Portugal em 1974, tendo efectuado entre 1965 e 1974 estudos em Roma e Lovaina conducentes à Licenciatura e ao Doutoramento em Ciências da Educação. Têm alguma razão e é justo que se lhes faça uma referência, embora tenham de concordar que o desenvolvimento que levou à visibilidade das Ciências da Educação em Portugal arancou no início dos anos setenta. Mas é verdade que o trabalho antes realizado, bem como a qualificação no âmbito das Ciências Sociais que algumas dezenas de portugueses adquiriram no estrangeiro, até ao início dos anos setenta, constituíram condições valiosas para tal desenvolvimento. O que é que existia, antes dos anos setenta, no domínio do ensino e da investigação em Ciências da Educação? Havia em Lisboa, Porto e Coimbra a referida formação complementar dos professores do 5º ao 11º

Concluindo, o grande desenvolvimento de instituições de Ciências da Educação em Portugal, nos últimos vinte anos, verificou-se mais na dimensão ensino do que na da investigação, uma vez que o projecto político subjacente era a formação de professores e não o fomento da investigação em Ciências da Educação; em todas as políticas recentes de desenvolvimento educativo em Portugal, a componente investigativa não tem sido considerada.

2 OS DOCENTES/INVESTIGADORES

Depois de falar das instituições de ensino e investigação e dos cursos no domínio das Ciências da Educação, será oportuna uma referência aos docentes e investigadores.

Não existe nenhuma estatística, mas calculo que sejam neste momento entre 600 a 800 as pessoas que se dedicam ao ensino e à investigação em Ciências da Educação. A maior parte do tempo da maioria destes docentes/investigadores é consagrada à docência e a tarefas de gestão e extensão cultural. Talvez não seja pessimista calcular que não ultrapassa 25% o tempo total dedicado à investigação pelo conjunto destes docentes/investigadores. Não é exagero afirmar que as instituições do ensino superior, enquanto tais, pouco investem na investigação em Ciências da Educação a não ser por motivos de formação do seu pessoal docente. E também não tem sido evidente que o Estado valorize a função de investigação das instituições superiores de formação de professores. O investimento em investigação depende essencialmente da iniciativa particular de cada docente ou de um conjunto de docentes.

Quais as suas qualificações? A maioria realizou o mestrado ou doutoramento em Ciências da Educação ou, mais recentemente, um curso de Estudos Superiores Especializados ou, então, é titular de uma licenciatura numa disciplina básica da educação: História, Psicologia e Sociologia, sobretudo. Neste último caso, encontram-se, na maior parte, no início de carreira quando ingressam no ensino das Ciências da Educação. De entre aqueles com mestrado e doutoramento, a maior parte foi antes professor (da educação pré-escolar, do ensino básico ou secundário); há também professores destes níveis de educação e ensino que estão a desempenhar funções de

ano de escolaridade. Os docentes desta formação constituíram polos de desenvolvimento da Filosofia da Educação, da História da Educação, da Psicologia da Educação e da Metodologia Geral; mais tarde, foram os fundadores das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação as quais se iniciaram com os cursos de Psicologia em 1976, tendo os cursos de Ciências da Educação começado só na segunda metade dos anos oitenta. Para além destes polos de ensino e de investigação, são dignos de registo dois centros, um no domínio específico da Educação e outro no mais vasto das Ciências Sociais. Trata-se do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, fundado em 1963, e do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, activo desde os anos sessenta; estes dois centros realizaram estudos que, simplificando, podemos situar no âmbito da História, da Psicologia e da Sociologia da Educação. Para o ensino de disciplinas relativas à educação no final do século passado e até aos anos setenta, cf. Gomes (1987-1991); para referências sobre a investigação educativa no mesmo período cf. Nóvoa (1991) e Stoer (1991).

docentes/investigadores do ensino superior no domínio das Ciências da Educação, sem terem qualquer mestrado ou doutoramento neste domínio.

Os doutoramentos, mestrados e licenciaturas no domínio da Educação foram obtidos no estrangeiro ou no País: à medida que se caminha dos anos setenta para os anos noventa, aumenta a percentagem dos efectuados em Portugal. Os principais países estrangeiros onde esses diplomas foram obtidos são a Bélgica, a França, a Suíça e o Québec, entre os francófonos, e a Inglaterra e os Estados Unidos da América, entre os anglófonos; há ainda alguns casos na Itália, na Suécia e, sobretudo mais recentemente, em Espanha.

A realização de estudos em Ciências da Educação no estrangeiro foi financiada antes de mais por uma instituição privada, a Fundação Calouste Gulbenkian, e pelos organismos da administração central do Estado que apoiam a investigação (por vezes com a colaboração dos países estrangeiros no quadro de acordos culturais), e/ou pelas próprias escolas superiores. Em alguns momentos, sobretudo na década de oitenta, o Ministério da Educação criou programas especiais para formação no estrangeiro de docentes/investigadores em Ciências da Educação sobretudo nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França (mais no primeiro país e menos nos dois últimos). Muito recentemente, tem financiado idêntica formação no País, com os fundos comunitários.

Enquanto a maioria dos mestrados são realizados directamente no domínio das Ciências da Educação, uma percentagem razoável de doutoramentos e licenciaturas dos nossos docentes/investigadores em Ciências da Educação é obtida numa disciplina básica (História, Psicologia, Sociologia, sobretudo), mas a problemática é do domínio da educação. Juntando os doutoramentos com as duas origens, há cerca de uma centena deles entre os actuais docentes/investigadores no domínio das Ciências da Educação.

A maioria dos nossos docentes/investigadores são mulheres, mas há um bom número de homens (percentagem superior à existente no ensino não-superior) que, aliás, são em número superior nas categorias mais elevadas da carreira docente dos ensinos universitário e politécnico. Embora o seu desenvolvimento quantitativo se tenha verificado apenas a partir do início dos anos oitenta, a idade média não deve ser muito jovem, uma vez que a maioria obteve antes qualificação como professor do ensino mão-superior e exerceu como tal alguns anos.

Como estão organizados os docentes/investigadores em Ciências da Educação? Depois de vários esforços anteriores inconsequentes, iniciou-se, por volta de 1987, uma tentativa de constituição de uma associação nacional que veio a ser coroada de êxito com a aprovação, já largamente participada, dos seus estatutos, em finais de 89 e com a legalização em Maio de 1990. Podem pertencer à associação, que adoptou a designação de Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, (a) os docentes das disciplinas de Ciências da Educação, (b) os autores de publicações científicas neste

domínio, (c) os titulares de um diploma das Ciências da Educação que atribua grau académico e (d) os que tiverem realizado trabalhos relevantes de inovação educativa.

Desde o início que a Sociedade adoptou uma perspectiva alargada de Ciências da Educação. Antes de mais engloba não só as clássicas disciplinas de História, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Economia e Administração da Educação, mas também o Desenvolvimento Curricular e as Didácticas ou Metodologias das várias disciplinas²⁷. Mas, como o âmbito das Ciências da Educação não se restringe à educação escolar, a Sociedade estende-se à formação profissional, à educação comunitária e à animação socio-cultural.

A Sociedade conta neste momento com cerca de 550 associados que se distribuem pelas 17 secções²⁸ em que está organizada. Assinale-se que a Sociedade também admite como sócios colectivos instituições que se dediquem ao ensino e/ou à investigação em Ciências da Educação.

A Sociedade ainda se encontra na primeira fase da organização e implementação, mas já se pode dizer que tem contribuído para a construção da identidade dos seus sócios enquanto docentes/investigadores em Ciências da Educação e para a maior visibilidade destas na comunidade científica nacional, no Ministério da Educação, nas Escolas e na sociedade portuguesa em geral.

A Sociedade desenvolve o tipo de actividades próprias deste tipo de associações (reuniões científicas, formação especializada, análise da situação do ensino e da investigação em Ciências da Educação, pareceres, circulação de informação entre os sócios); tem ainda nos seus objectivos a promoção de projectos de investigação que envolvam investigadores de vários centros. Criou também um Prémio anual de Ciências da Educação, que foi atribuído pela primeira vez em 1992, e uma bolsa para a elaboração anual de uma síntese da investigação feita em Portugal num determinado período sobre uma problemática.

Claro que os nossos docentes/investigadores se encontram inscritos em associações internacionais mais ligadas aos respectivos sectores. A própria Sociedade através das suas secções está a inscrever-se nas associações internacionais que aceitam sócios colectivos, o que já se concretizou no caso da Associação Internacional de História de Educação e do Conselho Mundial das Associações de Educação Comparada. A Sociedade faz parte do grupo de 8 associações nacionais, que se reuniram na Holanda, em Junho de 1992, e decidiram avançar com as diligências para a criação de uma

²⁷ Observe-se que, em algumas Escolas Superiores de Educação e Universidades, as disciplinas ligadas às Didácticas/Metodologias específicas e os respectivos docentes/investigadores pertencem a grupos ou departamentos diferentes dos de Ciências da Educação, o que pode acentuar a exterioridade das primeiras relativamente a estas. Todos os docentes/investigadores, no entanto, têm igualmente aderido à Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

²⁸ As secções constituem-se desde que 15 sócios o solicitem, podendo cada sócio pertencer a três. Cada uma possui a sua estrutura organizativa e desenvolve um programa de actividades próprio. Nem todas têm manifestado, até agora, a mesma dinâmica e a dispersão dos sócios pelo território dificulta as actividades conjuntas.

associação europeia de associações nacionais de investigação em educação. A Sociedade está interessada em estabelecer relações bilaterais com associações nacionais congéneres.

3 O QUE SE ENSINA E INVESTIGA

O que é que os nossos docentes/investigadores ensinam e investigam? No domínio do ensino de disciplinas de Ciências da Educação, impulsionado como vimos pela maior participação do ensino superior na formação inicial e especializada de professores, verificamos que, graças à diversidade de cursos, foram progressivamente instituídas quase todas as disciplinas conhecidas: Filosofia, História, Psicologia e Sociologia da Educação; Administração e Gestão Escolar, Inovação e Mudança Educativa, Teoria do Currículo, Metodologias de Disciplinas específicas (ou Didáctica, ou Desenvolvimento Curricular em), Tecnologia Educativa, Educação Especial, Educação de Adultos, Orientação Vocacional, Formação Profissional, Formação ou Desenvolvimento Pessoal e Social, Políticas Educativas, Educação Comparada...²⁹

E quanto à investigação? Considerando esta no sentido lato, isto é, englobando análises e reflexões teóricas, construção de instrumentos de observação, descrição e diagnóstico de situação ou avaliação de necessidades, propostas de mudanças, planeamento e avaliação de medidas de política educativa e de inovação pedagógica, pesquisas experimentais e quasi-experimentais ou qualitativas e estudos de investigação-acção, pode dizer-se que quase não há tema educativo que ainda não tenha sido objecto de investigação em Ciências da Educação.

A maior parte da investigação, no entanto, é constituída por estudos dispersos efectuados numa pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas importadas do estrangeiro, no desenvolvimento das quais não existe grande participação nacional visível, nem que seja na sequência do seu confronto com o contexto socio-cultural português.

Talvez isto se deva, sobretudo, ao facto de muitos estudos terem sido realizados no estrangeiro e de uma boa parte dos efectuados em Portugal serem a primeira investigação do autor destinada à obtenção de diplomas de mestrado e doutoramento. Este fenómeno talvez se relacione, ainda, com a inexistência de grupos fortes que desenvolvam investigação de forma continuada e privilegiem determinadas perspectivas teóricas e metodológicas.

Não existem muitas sínteses da investigação realizada em Portugal no domínio das Ciências da Educação e as que já foram feitas³⁰ variam nos parâmetros adoptados e

²⁹ Várias Secções da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação incluíram nos seus actuais planos de trabalho a comparação dos programas (objectivos, conteúdos, processos de ensino e avaliação, bibliografia) das respectivas disciplinas nos vários centros do ensino superior em Portugal. Os trabalhos realizados pelas Secções de Sociologia da Educação, de Administração Educacional e de Educação de Línguas Estrangeiras, a desta em colaboração com a de Educação e Língua Materna, já originaram mesmo publicações; sobre o ensino da Sociologia da Educação cf. ainda Esteves (1991).

³⁰ História da Educação: Gomes (1988) e Grácio (1983); Sociologia da Educação: Stoer (1990); Administração Educacional: Lima (1991); Insucesso escolar: Benavente (1991); Educação Especial: Rodrigues (1991); Educação para a Democracia: Campos (1991); Formação Profissional: Azevedo (1992). Para uma tentativa de síntese global: cf. Nóvoa (1991).

não satisfazem totalmente os critérios correntes na literatura internacional. Foi por isso que a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação criou, como já referi, uma bolsa destinada à elaboração de uma síntese, em cada ano, da investigação realizada em Portugal sobre uma determinada temática. A primeira síntese, a realizar em 1993, será consagrada à Organização e Gestão das Escolas.

Tomando como indicadores da investigação realizada as publicações (em revistas e em livros) e as comunicações em reuniões científicas, depressa se conclui que a maior parte está ligada às disciplinas clássicas: são estudos de História, de Sociologia, de Psicologia e de Administração cujo conteúdo são questões educativas. Se é verdade que isto levanta questões relativas à identidade das Ciências da Educação, também é certo que constitui uma das poucas ocasiões da desejável interacção com a comunidade científica exterior à educação.

Em *História da Educação*, enquanto, antes dos anos 70, os estudos se centravam na Idade Média e na Renascença, depois passaram a privilegiar o Séc. XIX e XX.

Em *Psicologia da Educação*, sobressaem os trabalhos de psicologia vocacional (aferição de instrumentos e estudos sobre a inteligência, as aptidões, os interesses e os valores) e aqueles que relacionam com o comportamento e o sucesso na aprendizagem variáveis tais como: estilos cognitivos, motivação, conceito e estima de si próprio, ansiedade e stress. Há ainda investigadores que têm vindo a fazer uma análise psicossocial da relação pedagógica e dos contextos educativos – escolar e familiar – relacionando estes últimos, por vezes, com o desenvolvimento dos alunos ou com o sucesso na aprendizagem.

Na *Sociologia da Educação*, as desigualdades sociais, (ligadas ao grupo socioeconómico, à zona de residência e ao género de pertença) no acesso, frequência e sucesso escolar, a presença de factores sociais no processo de aprendizagem, a análise das mudanças de políticas educativas nos últimos vinte anos e relações entre educação escolar e trabalho, são os temas que mais se evidenciam.

Na *Administração da Educação* predominam as questões relacionada com a gestão democrática e a direcção das escolas e com a centralização/descentralização da administração do sistema de educação; a escola como instituição tem sido, ultimamente, objecto de investigação.

Os projectos relacionados com o ensino/aprendizagem das disciplinas escolares específicas aumentaram nos últimos anos. De entre estas, destacam-se as Ciências da Natureza, a Física, a Química, a Matemática e as Línguas, predominando os estudos sobre os processos cognitivos envolvidos. Nestes projectos se encontra uma outra ocasião de interacção com a comunidade científica exterior à educação. Existem, ainda, análises do processo de desenvolvimento curricular não referido a uma disciplina escolar específica.

Muitas outras questões têm constituído objecto de investigação em Ciências da Educação. Os modelos e processos de formação inicial e contínua de professores, as características pessoais destes (pensamento, desenvolvimento cognitivo, locus de controle, sentido da eficácia, valores, bem estar/mal estar) e as condições sociais do exercício da profissão, o sucesso/insucesso escolar, a educação para a democracia, o recurso aos meios de comunicação social e às novas tecnologias da informação, as relações escola-família, a educação especial, o processo de mudanças/ inovações pedagógicas e a educação de adultos. Ainda aqui é uma perspectiva mais psicológica, sociológica ou histórica que, conforme os casos, predomina, muitas vezes.

Ao nível das políticas educativas existem não só estudos de planeamento, mas ainda de avaliação e análise.

Também há entre nós, estudos de investigação-acção, em geral relativos à educação de crianças ou de adultos e realizados junto de populações desfavorecidas.

Como seria de esperar, têm-se desenvolvido reflexões sobre o estudo epistemológico das Ciências (ou da Ciência) da Educação. Mas é quase inexistente a discussão dos paradigmas teóricos e muito fraca a polémica sobre o modelo positivista e as metodologias quantitativas na investigação empírica. É claro, finalmente, que é a educação escolar que vem merecendo mais atenção por parte dos investigadores.

O seguinte juízo de Nóvoa (1991) constitui uma boa conclusão sobre a investigação em Ciências da Educação realizada em Portugal:

“A consolidação institucional das Ciências da Educação precedeu a sua afirmação científica, o que lhes concedeu uma grande influência social e política, mas teve como reverso da medalha uma fragilização da produção científica, que se tem revelado muito desgarrada e pouco consistente. Por isso, é urgente reforçar o seu rigor científico e tornar mais qualificada a sua intervenção na mudança educacional “(pp. 32-33).

Será, no entanto, justo assinalar que a geração fundadora das várias unidades de Ciências da Educação existentes no País ocupou muito do seu tempo na instalação das mesmas e na referida “consolidação institucional das Ciências da Educação”, à semelhança do que aconteceu noutros países. A existência de um maior número de investigadores doutorados, sem grande sobrecarga de gestão académica se forem simultaneamente docentes, parece ser uma condição fundamental para o desenvolvimento da investigação em Ciências da Educação.

4 FINANCIAMENTO DE INVESTIGAÇÃO

No que se refere ao financiamento da investigação, como a maior parte dos investigadores em Ciências da Educação são docentes, as despesas de pessoal são asseguradas pelas escolas superiores onde exercem; no que respeita os estudos realizados pelos dois referidos organismos ligados ao Ministério da Educação (Gabinete de Estudos e Planeamento e Instituto de Inovação Educacional) as despesas de pessoal são asseguradas pelos mesmos, na medida em que os estudos são feitos pelos seus investigadores ou por encomendas a individualidades exteriores. Relativamente à realização da investigação necessária para a obtenção de graus académicos (mestrados e doutoramentos), as escolas superiores dispensam os docentes, em muitos dos casos, do serviço docente, aumentando assim o financiamento da investigação; quando não estão ainda contratados por escolas superiores, em certos casos obtêm dispensa de serviço docente não superior ou obtêm bolsas.

Que entidades concedem bolsas aos investigadores e bolsas para as outras despesas de investigação? Entidades especificamente orientadas para o apoio à investigação em Educação apenas há, desde há poucos anos, um instituto público tutelado pelo Ministério de Educação, o Instituto de Inovação Educacional que, além disso, tem outros objectivos; começou, há pouco tempo, a financiar despesas de projectos de investigação. Depois, há outros organismos estatais que financiam a investigação em geral e que, também recentemente, começaram a financiar projectos no domínio das Ciências da Educação (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC); este último foi entretanto extinto e absorvido pelo primeiro). Há depois algumas Fundações privadas, tais como a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Luso-Americana, a Fundação Oriente, a Fundação Aga Khan e a Fundação Fullbright.

O financiamento global concedido anualmente por estas instituições não é muito elevado, comparado com o atribuído a outros domínios, e há sempre projectos que não são contemplados. Embora seja indispensável influenciar o aumento do financiamento, há outras questões que precisam de ser resolvidas simultaneamente para o rendibilizar, de entre os quais saliento:

- Maior percentagem de tempo dedicada pelos docentes à investigação e/ou maior número de pessoas que se dediquem apenas, ou predominantemente, à investigação;
- Melhor qualidade na elaboração e implementação de projectos;
- Mais investigação cujo objectivo prioritário não seja a formação de investigadores ou, então, que neste caso se insira em projectos mais vastos em que participem investigadores já formados;
- Constituição de equipas e projectos mais vastos de investigação, envolvendo mesmo investigadores de diferentes instituições, nacionais e estrangeiras.

5 DIFUSÃO E INTERCÂMBIO

A difusão e intercâmbio relativos ao ensino e à investigação nas Ciências da Educação faz-se através de publicações, reuniões científicas e estágios.

Se o volume de publicações aumentou nos últimos anos, também é certo que há dissertações académicas, sobretudo as elaboradas para provas de mestrado, que não deram ainda origem a um artigo de revista ou a um livro de qualquer editora.

Em termos de *publicações periódicas* há uma que vai no XXVI volume anual – a *Revista Portuguesa de Pedagogia* – ligada desde sempre ao grupo de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra onde, como vimos, havia, antes dos anos setenta, um curso de complemento de formação pedagógica de professores. Com início já depois de meados dos anos oitenta, os polos da Universidade do Minho, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa lançaram as suas revistas: *Revista Portuguesa de Educação*, *Revista de Educação*, *Educação Especial e Reabilitação*, respectivamente. O mesmo tinham feito, os polos da Universidade de Aveiro e da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, mais tais revistas não se publicam há vários anos.

Depois foram algumas Escolas Superiores de Educação que lançaram uma publicação periódica: Portalegre (*Aprender*), Santarém (*Revista ESES*), Beja (*Ler Educação*) e Setúbal (*Escola Nova*) e há as revistas *Inovação* e *Noesis* do Instituto de Inovação Educacional. Convém referir, também, que há outras publicações que, embora não se situem no domínio específico da educação, publicam trabalhos de docentes/investigadores em Ciências da Educação³¹. Merecem ainda uma palavra as publicações de divulgação que não só reportam experiências, reflexões e estudos realizados pelos docentes do ensino não-superior, como ainda difundem junto de um público alargado algumas investigações³².

As colecções de *livros* editados no domínio da educação têm aumentado nos últimos anos, o mesmo acontecendo às obras de autores portugueses nelas incluídas. A mais antiga é a dos Livros Horizonte, em Lisboa, dirigida até há pouco por Rui Grácio, recentemente falecido; depois, surgiram outras³³. O próprio Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) editava uma colecção de obras no domínio das Ciências da Educação. Ultimamente, a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação iniciou uma colecção com comunicações extraídas de entre as apresentadas nas reuniões científicas que organizou; neste momento, já conta com cinco obras. O Instituto de Inovação Educacional começou também uma actividade editorial diversificada.

³¹ Análise Social, Cadernos de Ciências Sociais, Revista Crítica de Ciências Sociais, Sociologia, Psicologia, Análise Psicológica, Revista Portuguesa de Psicologia, Psychologica e Cadernos de Consulta Psicológica.

³² O Professor, O Correio Pedagógico, Educação, Cadernos de Educação de Infância, Página de Educação...

³³ Edições Afrontamento (Porto), Texto (Lisboa), Asa (Porto), Porto Editora (Porto)...

Progressivamente, alguns autores portugueses vão publicando em edições estrangeiras, mesmo se uma boa parte destes o faz ainda nas actas dos congressos em que participam.

Nas *reuniões científicas*, há que distinguir as nacionais, as nacionais com participação de estrangeiros, as internacionais realizadas em Portugal e as internacionais realizadas no estrangeiro.

Quanto às *nacionais*, estas têm aumentado nos últimos anos por iniciativa de diferentes polos e algumas têm mantido uma certa continuidade: o polo de Aveiro no domínio da formação de professores, o de Faro no de Sociologia da Educação, o de Évora no da Formação Psicológica de Professores, o de Braga no de Educação Infantil... A Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação iniciou uma série de Congressos nacionais, no Porto, em 1989, e em Braga, em 1992. Também algumas das secções da SPCE têm organizado encontros, alguns dos quais centrados na questão do ensino e da investigação na área de Ciências da Educação que abrangem.

Quanto a *encontros internacionais*, o polo Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa tem promovido Encontros da Associação Francófona Internacional de Investigação em Ciências da Educação. Em 1993, a Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa e de Ciências da Educação organizou o Congresso Internacional de História de Educação e o conjunto de escolas de Lisboa, o da ATEE³⁴. Em termos de reuniões científicas internacionais bilaterais, destacam-se os encontros anuais Luso-Franceses que se realizam alternadamente em Portugal e em França e vão na 4ª edição; lembro ainda o recente Encontro Ibérico de História de Educação.

É cada vez maior o número de docentes/investigadores portugueses que apresentam comunicações em *congressos internacionais realizados no estrangeiro*. Será ainda importante assinalar que os nossos docentes/investigadores apresentam em reuniões científicas nacionais e internacionais do domínio da História, da Psicologia, da Sociologia, etc..

As outras formas de intercâmbio são constituídas pelas missões de docentes/investigadores portugueses em centros estrangeiros, modalidade que se está a incrementar graças aos programas comunitários.

Mas a questão de difusão e intercâmbio não deve ser apenas vista do ponto de vista da circulação na comunidade científica nacional e internacional dos trabalhos realizados em Portugal. Há ainda que considerar o consumo em Portugal de produção estrangeira, do corpus sistematizado de conhecimentos aí produzidos. Julgo que não erro se disser que grande parte do ensino nos vários domínios das Ciências da Educação

³⁴ Associação Europeia de Formação de Professores

é tributária da produção estrangeira. E muitas das investigações também se inscrevem no quadro de problemáticas que estão a ser investigadas fora do País.

Os canais desta importação são vários. Antes de mais a formação obtida no estrangeiro; deste ponto de vista, o quadro das influências é bastante plural incluindo perspectivas francófonas e anglo-saxónicas, embora talvez haja peso maior de umas ou outras conforme as áreas. No conjunto, o maior peso é das influências anglo-saxónicas. E além da formação, mais ou menos longa, e da participação em congressos internacionais, há que registar a entrada de livros, revistas e bases de dados. Sobretudo os polos das Universidades do Minho, Porto, Aveiro, Lisboa começam a estar minimamente equipadas deste ponto de vista, o mesmo acontecendo ao Instituto de Inovação Educacional.

Concluindo sobre o intercâmbio entre docentes/investigadores, a qualidade e possibilidades de acesso aos centros de documentação e a difusão da investigação realizada, diria:

- Apesar das tendências referidas, uma boa parte dos nossos docentes/investigadores ainda trabalha no quadro de um isolamento nacional e internacional;
- O intercâmbio entre investigadores precisa de ser enriquecido pelo diálogo, debate e discussão e não se limitar à sucessão de monólogos, como acontece ainda em muitos casos;
- Torna-se necessária, no mínimo, a existência de um centro nacional de documentação especializado nas Ciências da Educação e o desenvolvimento de esquemas de acesso fácil e rápido aos centros existentes;
- São necessários mais apoios e condições para a publicação dos trabalhos realizados.

6 AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Até que ponto as Ciências da Educação interagem, entre nós, com as políticas e as práticas educativas e com o saber construído pelos actores de umas e de outras? Até que ponto as Ciências da Educação são úteis para a construção das políticas e das práticas educativas? Em que medida se debruçam sobre estas ou se inserem mesmo no próprio processo da respectiva construção?

Depois de tudo o que ficou referido sobre as condições de desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal, é legítimo esperar que até agora tal interacção esteja longe de atingir o nível de pertinência e utilidade necessário e desejável.

Quando se fala desta interacção, a primeira situação que nos ocorre onde tal pode acontecer é na formação de professores e técnicos de educação: inicial, contínua e especializada. É na formação contínua e especializada que se verificam mais hipóteses de intersecção das Ciências da Educação com o saber dos professores e dos técnicos, na medida em que estes já tiveram ocasião de se socializarem com o mesmo, num processo mais ou menos criativo. Ora, quer a formação contínua, quer a especializada atingiram até agora uma percentagem muito pequena de professores e técnicos. Tenha-se, no entanto, presente que, também junto dos docentes de Ciências da Educação, pode ocorrer esta intersecção com o saber profissional, pois a maior parte exerceu previamente como professor do ensino não-superior.

Quanto à interacção directa com as reformas das políticas educativas e com as inovações das práticas pedagógicas, acontece que a maioria das investigações não é daquelas em que os investigadores estão envolvidos no processo de mudança com os actores desta, pelo que ocorrem alguns riscos: o de se julgar que o processo de mudança educativa pode ser científica e racionalmente derivado ou guiado pelos conhecimentos produzidos no âmbito das Ciências da Educação; o de se substituir as determinações da administração pelas dos especialistas das Ciências da Educação, limitando assim a autonomia profissional dos actores. Quanto ao primeiro risco, no entanto, não tem havido muita oportunidade de ocorrer na Reforma Educativa em curso há vários anos em Portugal pois, até agora, não foi muito grande o recurso ao saber e aos especialistas das Ciências da Educação. Reconheça-se, no entanto, que é clara a influência do discurso das Ciências da Educação nas reformas do sistema de gestão das escolas e da avaliação dos alunos, assim como na elaboração de um ou outro programa de ensino.

Em última análise a investigação, o ensino e a difusão das Ciências da Educação só se justifica se for pertinente para a acção educativa. Como se sabe, não é fácil determinar em cada momento até que ponto tal pertinência está a ocorrer. Afirmei que, por agora, as Ciências da Educação em Portugal, pelas razões apontadas ao longo deste texto, ainda não se encontram em condições de serem pertinentes em grau elevado para a acção educativa. Mas, talvez não seja ilusório reconhecer que o surto das Ciências da Educação, ocorrido nos últimos quinze anos no espaço educativo português, já introduziu neste elementos de interrogação e alternativas questionadores das simplistas posições dualistas e dogmáticas, entre soluções boas e más ou, atitudes correctas e incorrectas, mais frequentes anteriormente. De facto, contrariando uma eventual imagem de pessimismo que a minha comunicação, com a preocupação de ser realista, pode ter criado, direi que considero existirem na situação actual muitas potencialidades para que as Ciências da Educação desempenhem um papel cada vez mais interveniente no processo de actuação política no domínio da educação e no das práticas pedagógicas. Mas, para isso, não basta o amadurecimento com a passagem do tempo; se a criação de condições exige tempo, este, por si só, não garante estas nem o melhor desenvolvimento. De facto, há nas políticas e nos processos de desenvolvimento das Ciências da Educação uns que são melhores que outros.

O desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal tem andado ligado ao investimento político na formação de professores. Se esta ligação à formação implica limitações, como vimos, também constitui uma oportunidade para um desenvolvimento pertinente. São conhecidas situações estrangeiras onde o desenvolvimento das Ciências da Educação passou em grande parte ao lado da formação de professores e, provavelmente, da acção educativa.

Iniciou-se, em 1993, um grande programa de formação contínua de professores de todos os graus de ensino que será assegurado, em grande parte por centros locais de formação geridos por conjuntos de escolas, sendo as respectivas actividades financiadas sobretudo por fundos comunitários. Nestes centros, haverá não só a possibilidade de intersecção entre as Ciências da Educação e o saber pedagógico dos professores, como ainda de envolvimento dos especialistas das Ciências da Educação em projectos de inovação educativa, em conjunto com os professores, mantendo cada um a especificidade do seu contributo.

Se a formação inicial de professores foi ocasião para uma primeira fase do desenvolvimento das Ciências da Educação em Portugal, este programa de formação contínua poderá ser a oportunidade para uma segunda fase em que elas se manifestem de modo mais útil para a acção educativa e em que revelem as potencialidades que, progressivamente, se foram constituindo na primeira fase. É óbvio, no entanto, como espero tenha ficado claro ao longo deste texto, que se torna necessário um investimento político mais explícito na investigação em educação.

7 REFERÊNCIAS

Azevedo, J. (1992). Ciências da Educação e Formação Profissional. In Vários, *Decisões nas políticas e práticas educativas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Benavente, A. (1991). Insucesso escolar no contexto português: Abordagens, concepções e políticas. In Vários, *Ciências da Educação em Portugal: Situação actual e perspectivas futuras*, 53-73. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Campos, B. (1991). Desenvolvimento psicológico e educação para a democracia no quadro da formação pessoal e social. In Vários, *Ciências da Educação em Portugal: Situação actual e perspectivas futuras*, 119-144. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Esteves, A. J. (1992). A sociologia da educação na formação de professores. In A. J. Esteves & S. Stoer (org.), *A Sociologia na escola: Professores, educação e desenvolvimento*, 67-80. Porto: Ed. Afrontamento.

Gomes, J. F. (1987). As origens da formação pedagógica de professores do ensino primário e secundário. *Educação e Tecnologia*, 1, Julho, 7-12.

Gomes, J. F. (1988). Situação actual da História da Educação em Portugal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXII, 3-38.

Gomes, J. F. (1991). Três modelos de formação de professores no ensino secundário. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXV, nº 2, 1-24.

Grácio, R. (1983). História da Educação em Portugal: 1945-1978. *Cultura, História e Filosofia*, 2, 135-18.

Lima, L. (1991). O ensino e a investigação em Administração Educacional em Portugal: Situação e perspectivas. In Vários, *Ciências da Educação em Portugal: Situação actual e perspectivas*, 91-117. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Nóvoa, A. (1991). As Ciências da Educação e os processos de mudança. In Vários, *Ciências da Educação e Mudança*, 19-67. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Rodrigues, D. (1991). Percursos da Educação Especial em Portugal: Uma meta-análise qualitativa de artigos publicados em revistas não especializadas desde 1940. In Vários, *Ciências da Educação em Portugal: Situação actual e perspectivas futuras*, 75-89. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Stoer, S. (1990). El desarrollo de la Sociología da la Educación en Portugal. *Educación y Sociedad*, 7, 7-28.

